

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Participação e interesse da população em iniciativas de Economia de Partilha em Portugal**

Mariana Maraschin

Mestrado em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora:

Professora Doutora Cristina de Sousa, Professora Auxiliar,  
Departamento de Economia Política  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2023.



CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

## **Participação e interesse da população em iniciativas de Economia de Partilha em Portugal**

Mariana Maraschin

Mestrado em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientadora:

Professora Doutora Cristina de Sousa, Professora Auxiliar,

Departamento de Economia Política

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2023.

*Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam na colaboração para uma sociedade mais justa e empática, e em especial às minhas afilhadas, Manuela e Maria Eduarda.*



## **Agradecimentos**

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram de forma direta ou indireta para que eu pudesse concluir este trabalho, sou muito grata por ter tantas pessoas na minha vida que me dão carinho e amor e que estão sempre disponíveis para oferecer o suporte necessário para que eu possa continuar traçando novos caminhos e ultrapassando todos os desafios. Não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer ninguém, no entanto, aqueles que estiveram comigo sabem o quanto sou grata e feliz por tê-los na minha vida.

Meu agradecimento especial é direcionado à minha professora orientadora, Doutora Cristina de Sousa, que não mediu esforços na tarefa de me orientar de forma impecável e de me instruir pelo melhor caminho para chegar até aqui. Sempre agiu de maneira respeitosa, empática, amistosa e motivadora. Palavras não são suficientes para demonstrar o tamanho da minha admiração. Muito obrigada!



## Resumo

Para enfrentar os problemas ambientais da produção e consumo desenfreados e da geração de resíduos existem modelos de consumo alternativos como a economia circular e a economia de partilha. Essas abordagens, aliadas à revolução tecnológica, têm o potencial de transformar a maneira como as pessoas produzem e consomem, rompendo o modelo linear atual. Esta pesquisa tem como objetivo investigar o conhecimento e a disposição da população portuguesa em participar em atividades de economia de partilha, dentro deste modelo de consumo que se baseia no acesso em vez da propriedade. O foco está nos bens pessoais duráveis, que geralmente ficam ociosos, visando criar comunidades colaborativas e mais sustentáveis. Foi realizado um estudo empírico para compreender as características, os benefícios e as motivações intrínsecas e extrínsecas para a participação dos inquiridos na economia de partilha. Os resultados revelaram que a maioria dos participantes interessados em partilhar seus bens são motivados pelo desejo de serem mais sustentáveis, reduzir o consumo desnecessário e evitar a produção de resíduos. No entanto, a falta de confiança nas pessoas e nas plataformas são importantes barreiras à participação. No contexto de pandemia, a disposição em partilhar foi menor do que no contexto pós pandémico, não obstante ter havido menor vontade de interação social depois da pandemia. É necessário promover a consciencialização sobre os benefícios da economia de partilha, principalmente para a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que se aborda a confiança entre os participantes.

**Palavras-chave:** Economia de Partilha, Consumo Colaborativo, Sustentabilidade, ODS 11, ODS 12.





## Abstract

To address the environmental issues of rampant production, consumption, and waste generation, alternative consumption models such as the circular economy and sharing economy have emerged. These approaches, combined with the technological revolution, have the potential to transform how people produce and consume, breaking away from the current linear model. This research aims to investigate the knowledge and willingness of the Portuguese population to participate in sharing economy activities within this consumption model that is based on access rather than ownership. The focus is on durable personal goods that often remain idle, with the goal of creating more collaborative and sustainable communities. An empirical study was conducted to understand the characteristics, benefits, and intrinsic and extrinsic motivations for participants' engagement in the sharing economy. The results revealed that most participants interested in sharing their belongings are motivated by a desire to be more sustainable, reduce unnecessary consumption, and avoid waste production. However, lack of trust in people and platforms were identified as the major barriers to participation. In the context of the pandemic, willingness to share was lower than in a post-pandemic context, despite a decreased desire for social interaction after the pandemic. It is necessary to promote awareness of the advantages and benefits of the sharing economy, particularly in relation to the sustainability, while addressing trust among participants.

**Keywords:** Sharing Economy, Collaborative Consumption, Sustainability, SDG 11, SDG 12.



# Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
CAPÍTULO 1.....	1
Introdução	1
CAPÍTULO 2.....	5
Enquadramento Teórico	5
2.1. O conceito de economia de partilha	5
2.2. Breve história da economia de partilha	6
2.3. A economia de partilha no contexto da economia circular	9
2.4. Características gerais da economia de partilha	10
2.5. Benefícios da economia de partilha	13
2.6. As principais contribuições da economia de partilha no âmbito dos ODS	15
CAPÍTULO 3.....	19
A Participação da População em Iniciativas de Economia de Partilha	19
3.1. Breve história da participação da população em iniciativas de economia de partilha	19
3.2. Fatores motivadores para a participação da população em iniciativas economia de partilha	20
3.3. Barreiras à participação da população em iniciativas de economia de partilha	23
CAPÍTULO 4.....	27
Metodologia	27
CAPÍTULO 5.....	29
Resultados e Discussão	29
5.1. Caracterização dos participantes	29
5.2. Participação na economia de partilha	31
5.3. Economia de partilha e sustentabilidade	34
5.4. Disponibilidade para partilhar	37
5.5. Fatores motivadores e barreiras à participação	43
CAPÍTULO 6.....	53
Conclusão	53
Referências Bibliográficas .....	57
Anexo .....	61



# Índice de Gráficos e Tabelas

## Tabelas

Tabela 1.1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	15
Tabela 3.1 - Fatores motivadores: SDT vs. Dimensões da Sustentabilidade.....	22
Tabela 5.1 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis à existência de diferenças entre níveis de escolaridade na percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade. ....	35
Tabela 5.2 – Resultados do teste de Mann-Whitney à existência de diferenças entre identidade de género na percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade. ....	36
Tabela 5.3 – Resultados do teste de Mann-Whitney à existência de diferenças entre indisponibilidade para partilhar em 2021 e 2022. ....	38
Tabela 5.4 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis à existência de diferenças entre níveis de escolaridade na indisponibilidade para partilhar com contrapartida monetária em 2021. ....	39
Tabela 5.5 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis à existência de diferenças entre faixas etárias na indisponibilidade para partilhar com contrapartida monetária em 2022.....	40
Tabela 5.6 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis à existência de diferenças entre níveis de escolaridade nas motivações para participar na economia de partilha. ....	45
Tabela 5.7 - Fatores vs. SDT vs. Dimensões da Sustentabilidade vs. Importância vs. Resultados. ....	50

## Gráficos

Gráfico 5.1 - Idade dos participantes por escalão. ....	29
Gráfico 5.2 – Identidade de género dos participantes. ....	30
Gráfico 5.3 – Nível de escolaridade dos participantes. ....	30
Gráfico 5.4 – Participação em grupos ou fóruns relacionados ao ambiente ou sustentabilidade. ....	31
Gráfico 5.5 – Conhecimento sobre o conceito economia de partilha.....	32
Gráfico 5.6 – Participação em atividades de economia de partilha. ....	32
Gráfico 5.7 – Utilização de plataformas de economia de partilha. ....	33

Gráfico 5.8 – Percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade. ....	34
Gráfico 5.9 – Escolaridade vs. Percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade. ....	35
Gráfico 5.10 – Participação em fóruns ou grupos de ambiente e sustentabilidade vs. Percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade. ....	36
Gráfico 5.11 – Probabilidade de emprestar bens, com ou sem contrapartida monetária. ....	37
Gráfico 5.12 – Indisponibilidade em emprestar bens, com ou sem contrapartida monetária vs. Nível de escolaridade. ....	39
Gráfico 5.13 – Indisponibilidade para emprestar bens, com ou sem contrapartida monetária vs. Faixa etária.....	40
Gráfico 5.14 – Tipos de bens que os inquiridos estão dispostos a emprestar mediante contrapartida monetária.....	41
Gráfico 5.15 – Tipos de bens que os inquiridos estão dispostos a emprestar mediante contrapartida monetária vs. Idade. ....	42
Gráfico 5.16 – Tipos de bens que os inquiridos estão dispostos a emprestar sem contrapartida monetária.....	42
Gráfico 5.17 – Tipos de bens que os inquiridos estão dispostos a emprestar sem contrapartida monetária vs. Faixa etária.....	43
Gráfico 5.18 – Percentagem dos inquiridos que respondeu que o fator é “muito importante” para a sua participação em atividades de economia de partilha. ....	44
Gráfico 5.19 – Fatores mais importantes para participação em atividades de economia de partilha vs. Faixa etária. ....	45
Gráfico 5.20 – Fatores impeditivos para a participação em atividades de economia de partilha. ....	47
Gráfico 5.21 – Fatores impeditivos para a participação em atividades de economia de partilha vs. Faixa etária.....	48
Gráfico 5.22– Nível de conforto dos inquiridos para partilhar seus bens e objetos.....	48
Gráfico 5.23 – Nível de conforto dos inquiridos para pedir emprestado ou alugar bens e objetos em vez de ter de comprar algo novo. ....	49

## CAPÍTULO 1.

# Introdução

As questões ambientais e a necessidade de encontrar novas ferramentas para a proteção do ambiente estão cada vez mais presentes no nosso cotidiano. A produção desenfreada, bem como a geração de resíduos são grandes preocupações desta década, e muito se fala em economia circular, economia de partilha e consumo colaborativo como alternativas que contribuem para a mitigação destes problemas.

As práticas e modelos de consumo dependem do tipo de sociedade em que estão inseridas, não estando necessariamente relacionadas com o preço e relações de troca, mas também com os valores e significados que cada relação comercial tem para cada indivíduo em cada sociedade (Rodrigues, 2017).

Atualmente a sociedade está inserida num modelo de consumo linear, no qual há a extração, produção, consumo e descarte dos bens materiais, sem uma gestão para reutilização ou reaproveitamento total da capacidade (Ellen MacArthur Foundation, 2015; P2P Foundation, 2012). Porém, ao transformar este modelo linear em um modelo circular, é possível aproveitar toda a capacidade dos bens, de forma cíclica (Kirchherr et al., 2017; Merli et al., 2018). Por sua vez, uma sociedade inserida num modelo de consumo colaborativo, tem como objetivo a transformação das cidades em zonas de comunidades colaborativas, mais sustentáveis, resgatando-se valores sociais que até então encontram-se esquecidos, tais como o senso de comunidade, confiança entre os vizinhos e diminuição do consumo pela adoção de hábitos de vida mais racionais (Botsman & Rogers, 2011).

Tendo em conta que o modelo de consumo linear tem extrapolado os limites planetários, em 2015, a Organização das Nações Unidas (2015) estabeleceu 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS, dentre os quais estão incluídos a promoção de *cidades e comunidades sustentáveis* (ODS 11) e do *consumo e produção mais responsáveis* (ODS 12).

Partilhar coisas é algo que acontece desde os primórdios das civilizações, no entanto, as pessoas costumavam ter o hábito de partilhar as suas coisas apenas com familiares e amigos (Böcker & Meelen, 2017; Ranjbari et al., 2018). Com o advento das tecnologias de informação e comunicação e das plataformas de partilha com o fornecimento de informação sobre os utilizadores, por meio de classificações de reputação, a economia de partilha passou a despertar maior interesse da população para partilhar coisas com pessoas estranhas, de fora do círculo social (Frenken & Schor, 2017). Os portugueses já participam intensamente em plataformas como a *Uber* e a *Airbnb*, que são exemplos de modelos de economia de partilha, no entanto,

pouco se fala na capacidade das pessoas em estender este estilo de partilha para bens e objetos de uso mais pessoal, bem como quais os fatores podem levar a esta participação.

A economia de partilha é capaz de transformar a maneira como as pessoas produzem e consomem, transformando as empresas e a sociedade, evoluindo a tecnologia de forma eficiente, fazendo corresponder a oferta e a procura num ambiente de confiança (Grybaite & Stankevičiene, 2016). No entanto, apesar da crescente importância prática, não são muitos os estudos quantitativos sobre os fatores motivacionais que afetam as atitudes e intenções dos consumidores em relação às práticas de economia de partilha (Hamari et al., 2016).

A presente pesquisa visa contribuir para aumentar o conhecimento sobre esta temática. Foca-se em adultos que vivem em Portugal e procura perceber até que ponto a população: i) tem conhecimento que as plataformas de economia de partilha, tais como para compartilhamento de bens ociosos, são iniciativas que contribuem para a sustentabilidade social, económica e ambiental; ii) está disposta a incluir novas formas de partilha nas suas rotinas, em prol da redução do impacto ambiental ou outros fatores. Assim, tenta-se perceber se há disponibilidade por parte da sociedade portuguesa em estender este estilo de partilha para bens e objetos de uso pessoal, nomeadamente objetos de grande durabilidade, como ferramentas, equipamentos eletrónicos e eletrodomésticos, vestuário e livros, com o intuito de transformar as suas vizinhanças em zonas de comunidades colaborativas e, por consequência mais sustentáveis.

A presente dissertação possui dois momentos de pesquisa diferentes, dividida entre os anos de 2021 e de 2022. Isto porque, no passado recente, o Planeta enfrentou uma situação pandémica sem precedentes que interferiu em todas as atividades do cotidiano, dentro das dimensões social, económica e ambiental, e afetou tanto o bem-estar psicológico das pessoas, quanto a confiança nas organizações e governos (Davlembayeva & Papagiannidis, 2021; Hossain, 2021).

Depois que a Organização Mundial da Saúde declarou emergência de saúde pública, em 2020, as pessoas passaram a temer o risco de serem infetadas pelo vírus pandémico (Dabija et al., 2022). A pandemia induziu um sentimento de ansiedade e estresse, remodelando as comunicações e interações dos indivíduos em suas comunidades. Além disso, as medidas preventivas de distanciamento e isolamento social impostas afetaram a economia global, resultando em uma redução da produção industrial e da força de trabalho em todos os setores económicos (Dabija et al., 2022; Davlembayeva & Papagiannidis, 2021).

Apesar disto, as plataformas de partilha adaptaram-se rapidamente com soluções inovadoras para manter suas atividades em funcionamento (Dabija et al., 2022). A pandemia



interferiu em todas as atividades, não obstante esta interferência nem sempre foi negativa. Enquanto o Covid-19 teve um impacto negativo em diversos setores, tais como no setor de arrendamento e de transportes, por exemplo o Airbnb e o Uber, algumas plataformas beneficiaram-se dele, tais como as de entrega de refeições prontas, por exemplo a Uber Eats, que obtiveram um aumento significativo nos seus rendimentos (Hossain, 2021). Por sua vez, durante a pandemia, a economia de partilha também evoluiu nas questões sociais, pois houve um aumento na generosidade da população para a partilha e voluntariado. (Buheji, 2020).

Neste sentido, no intuito de perceber se houve efeitos da pandemia de Covid-19 na intenção da população em participar ou não em atividades de partilha, a recolha de dados ocorreu em dois momentos, sendo o primeiro ainda em ano de pandemia (2021) e o segundo momento pós pandemia (2022), quando as pessoas pareciam sentir-se mais seguras em ter interações sociais.

No que toca a estrutura da presente dissertação, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo encontra-se a introdução. No segundo capítulo é feita a revisão de literatura, com a história da economia de partilha, suas características, benefícios e impactos na sociedade. No terceiro capítulo é apresentado o contexto de estudo enquadrado no que toca à participação da população em atividades de economia de partilha, as suas motivações e as barreiras. No quarto capítulo há a indicação da metodologia utilizada na presente dissertação. No quinto capítulo apresentam-se os resultados e discussão da pesquisa. E, por fim, no sexto e último capítulo apresentam-se as conclusões a retirar do estudo.



## Enquadramento Teórico

### 2.1. O conceito de economia de partilha

A economia de partilha é um dos modelos de negócio mais estudados na economia solidária e na sustentabilidade (Boar et al., 2020), representando um termo abrangente na noção popular que muitas vezes engloba uma variedade de conceitos, tais como economia colaborativa, economia solidária, consumo colaborativo, consumo baseado em acesso, sistemas de partilha comercial, economia compartilhada, economia de pares, entre outros (Bardhi & Eckhardt, 2012; Frenken & Schor, 2017; Grybaite & Stankevičiene, 2016; Hamari et al., 2016; Hawlitschek et al., 2018).

O conceito de economia de partilha está intimamente ligado com o conceito de consumo colaborativo, onde o consumo se dá através de atividades de partilha, aluguer, empréstimo ou troca de bens, serviços, transporte ou dinheiro (Botsman & Rogers, 2011). Trata-se de uma modalidade onde alguém pode usar a capacidade ociosa de bens pertencentes a outro membro da comunidade em vez de ter de comprar um novo para si (Ranjbari et al., 2018), podendo ser considerada como uma nova forma de comunidade, onde é mais importante ter acesso a um ativo do que o possuir (Belk, 2014).

A economia de partilha, é, portanto, um sistema onde o recurso ou produto que não está sendo utilizado em toda a sua extensão (subutilizado, portanto), pode ter melhor uso da sua capacidade ociosa, caso o seu acesso seja concedido a outras pessoas, evitando o desperdício associado à falta de utilização (Hamari et al., 2016).

Não existe um consenso científico acerca do significado de economia de partilha, possuindo diversas definições e significados na academia. Convém destacar, no entanto, que após a revisão sistemática de 67 definições para a economia de partilha, Ranjbari et al. (2018, pp.13), definiram-na como:

*“Um sistema económico, cujas empresas intermediárias utilizam plataformas online para facilitar e reduzir o custo das transações com fins lucrativos de dar acesso temporário – sem transferência de propriedade – a recursos ociosos de consumidores nas redes peer-to-peer que criou, pela confiança construída entre seus membros, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas.”*

Assim, no escopo do presente estudo, embora existam outras definições e entendimentos da economia de partilha, será utilizado o termo economia de partilha como termo geral para definir atividades nas quais os consumidores concedem um ao outro acesso temporário a objetos subutilizados (capacidade ociosa), através de plataformas online, seja com ou sem contrapartida monetária, no contexto de estilos de vida colaborativos (Frenken & Schor, 2017; Grybaite & Stankevičiene, 2016).

## **2.2. Breve história da economia de partilha**

Embora partilhar coisas seja algo tão antigo quanto a humanidade, o ser humano sempre costumou dividir suas coisas com aqueles que pertenciam à sua família e ao seu grupo de conhecidos (Botsman & Rogers, 2011; Frenken & Schor, 2017), pois estas partilhas aconteciam com base na confiança mútua e na experiência bilateral de longo prazo (Pérez-Pérez et al., 2021).

Não havia espaço para partilhar com desconhecidos porque isto implicava um grande risco de não ter os seus bens devolvidos, o que significaria um grande ónus em prol do ato de partilhar, não compensando estas transações. A partilha esteve, portanto, ao longo dos séculos, confinada a indivíduos de confiança, tais como familiares, amigos e vizinhos (Frenken & Schor, 2017). No entanto, a forma de consumir partilhando passou a fazer parte de áreas que antes não eram de natureza colaborativa, em razão de fatores sociais, económicos e tecnológicos (Möhlmann, 2015).

Porque a partilha entre estranhos implica um maior grau de risco, o crescimento e adesão à economia de partilha entre pessoas que não se conhecem ou que não têm amigos ou ligações em comum só foi possível graças ao progresso tecnológico, inovação e popularização da internet (Möhlmann, 2015).

Com a tecnologia e inovação, foi possível criar soluções para aproveitar a capacidade ociosa de bens, tornando-os mais acessíveis e aumentando a sua eficiência. Assim, tornou-se possível que as pessoas se conectem e compartilhem bens e serviços de maneira mais fácil e eficiente. Além disso, a tecnologia também tornou o consumo colaborativo mais seguro e acessível, pois o surgimento de plataformas digitais permitiu tornar a partilha com estranhos menos arriscada e mais apelativa, permitindo a automatização de processos como pagamentos, verificações de credibilidade e fornecimento de informações sobre os utilizadores através de critérios de classificações e reputações (Frenken & Schor, 2017; Hamari et al., 2016).

Por sua vez, o fenómeno da crescente utilização de plataformas de economia de partilha também tem ocorrido pela consciencialização acerca do hiperconsumismo, sendo que as atitudes em relação ao consumo mudaram nos últimos anos e trouxeram uma maior preocupação com as alterações climáticas e com o impacto ambiental e social (Pérez-Pérez et al., 2021). Somado a isto, os anseios por integração social e consumo comunitário também tornaram a economia de partilha uma alternativa atraente para os consumidores (Botsman & Rogers, 2011; Hamari et al., 2016).

Por fim, os benefícios económicos também foram importantes para que a população passasse a se interessar por atividades de economia de partilha, pois os custos das transações costumam ser baixos, há poupança em tomar emprestado ao invés de comprar e existe a possibilidade de se ganhar um rendimento extra ao partilhar os bens ociosos (Frenken & Schor, 2017).

Foi assim, com a evolução tecnológica – advento das plataformas digitais e o amplo acesso da população a estes serviços –, juntamente com a crescente consciencialização do consumo por parte dos consumidores e as possibilidades de benefícios económicos, que surgiram possibilidades infinitas de partilha, através de canais de partilha, inclusivamente com desconhecidos e uma tendência crescente de querer ter acesso a produtos compartilhados em vez de se ter a propriedade dos mesmos (Pérez-Pérez et al., 2021; Ratilla & Chovancová, 2020). As iniciativas de economia de partilha ocorrem em sistemas ou redes organizadas, nas quais os participantes conduzem atividades de partilha na forma de aluguer, empréstimo, comércio, ou troca de bens, serviços, soluções de transporte, espaço ou dinheiro (Bardhi & Eckhardt, 2012; Botsman & Rogers, 2011; Möhlmann, 2015).

Atualmente, em Portugal, existem inúmeras empresas de economia de partilha e a quantidade de plataformas aumenta substancialmente em conformidade com a curiosidade das pessoas em participar e perceber melhor quais as oportunidades oferecidas por estas iniciativas (Hruška et al., 2018). Os nichos das plataformas são variados. Em algumas delas, os utilizadores podem partilhar seus carros com pessoas inteiramente desconhecidas como a *Uber*<sup>1</sup>, a *Bolt*<sup>2</sup> e o *Blablacar*<sup>3</sup>; noutras podem partilhar suas casas ou quartos das suas casas como o *Airbnb*<sup>4</sup>; e ainda há os serviços de partilha de bicicletas e trotinetes, onde os utilizadores podem encontrar

---

<sup>1</sup> <https://www.uber.com/pt/pt-pt/>

<sup>2</sup> <https://bolt.eu/pt-pt/>

<sup>3</sup> <https://www.blablacar.pt/>

<sup>4</sup> <https://www.airbnb.pt/>

o equipamento mais próximo através de aplicações e pagar apenas o tempo que utilizarem, como a Gira<sup>5</sup>, para bicicletas, e a Lime<sup>6</sup> para trotinetes.

Também já existem plataformas baseadas na partilha de alimentos excedentes por valores menores do que os de mercado, que facilitam uma melhor distribuição de comida que seria desperdiçada, tais como a *Too Good To Go*<sup>7</sup> e a *Phenix*<sup>8</sup>; e aplicações onde é possível disponibilizar materiais como equipamentos de filmagem, fotografia e práticas de desporto, sob um custo simbólico a pagar por quem está a “alugar”, como a *Flecto*<sup>9</sup>.

No que toca ao setor do vestuário, há plataformas como a Vinted<sup>10</sup>, onde é possível encontrar roupas, sapatos e acessórios em segunda mão; como a Big Closet<sup>11</sup>, que, além de permitir a compra de roupa e acessórios em segunda mão, também permite que os utilizadores aluguem vestidos e malas por curtas durações, ao invés de comprá-los; e também plataformas de doação de vestuário, acessórios, itens para casa e outros objetos, como a FindUSE<sup>12</sup>.

Outro setor que também tem suscitado interesse da população está relacionado com a partilha e troca de livros, principalmente no que toca aos livros escolares e manuais universitários, uma vez que são itens de curta utilização e que podem ser reaproveitados por outros estudantes. Para atender a estas questões existe a plataforma Book in Loop<sup>13</sup> que revende materiais escolares em segunda mão, incluindo os livros escolares. Além disto, existem iniciativas de cabines de leituras espalhadas pela cidade de Lisboa, onde o utilizador pode deixar um livro seu e levar outro consigo, ou somente pegar emprestado, como numa biblioteca tradicional.

Ainda, no que toca ao setor infantil, existem plataformas que disponibilizam o aluguer de roupas, de móveis como berços e cadeiras de refeição, de equipamentos como carrinhos de passeio, cadeiras auto e marsúpios, de objetos e de brinquedos infantis, tais como a Lets Go Baby<sup>14</sup>, a Go Baby Grow<sup>15</sup> e a Vai e Vem Aluguer<sup>16</sup>.

---

<sup>5</sup> <https://www.gira-bicicletasdelisboa.pt/>

<sup>6</sup> <https://www.li.me/pt-pt>

<sup>7</sup> <https://www.toogoodtogo.com/pt>

<sup>8</sup> <https://www.wearephenix.com/pt-pt/aplicacao-zero-desperdicio/>

<sup>9</sup> <https://flecto.io/pt>

<sup>10</sup> <https://www.vinted.pt/>

<sup>11</sup> <https://bigcloset.pt/>

<sup>12</sup> <https://finduse.app/>

<sup>13</sup> <https://bookinloop.pt/>

<sup>14</sup> <https://www.letsjobaby.pt/>

<sup>15</sup> <https://www.gobabygrow.pt/>

<sup>16</sup> <https://vaivemaluguer.pt/>

### 2.3. A economia de partilha no contexto da economia circular

Atualmente a sociedade vive num modelo de economia linear, na qual os recursos naturais são extraídos, produzidos e descartados, sem reaproveitamento, acarretando diversos problemas ambientais e desafios para o desenvolvimento sustentável (Ellen MacArthur Foundation, 2015).

A economia linear gera grandes quantidades de resíduos e poluição, contribuindo para a degradação do solo, poluição do ar e alterações climáticas. Por sua vez, por não existir preocupação com a reutilização ou reciclagem dos bens, também promove um maior esgotamento de recursos naturais limitados, pois concentra-se na produção e consumo em grandes quantidades, em vez de maximizar a sua eficiência e aproveitamento. Assim, o fim do ciclo dos bens é ineficiente, gerando desperdício. Do mesmo modo, a economia linear tende a desconsiderar as necessidades e interesses das comunidades locais, o que pode ocasionar questões de desigualdade social e económica (Ellen MacArthur Foundation, 2015).

Neste sentido, a economia circular é uma alternativa ao atual sistema linear, sendo definida pelas instituições europeias como uma economia na qual o valor dos produtos, materiais e recursos naturais é mantido pelo maior tempo possível, minimizando a geração de resíduos (Merli et al., 2018).

Por meio de inovações de sistema que visam projetar resíduos, maximizar o valor dos recursos, minimizar o impacto negativo e construir capital económico, ambiental e social, a economia circular propõe novas soluções que visam eliminar resíduos, aumentar a eficiência de recursos e alcançar um melhor equilíbrio entre economia, ambiente e sociedade (Kristensen & Mosgaard, 2020).

Existe uma série de interpretações sobre o que é economia circular, no entanto, Kirchherr et al. (2017 pp. 224), depois de analisarem 114 definições de economia circular na literatura, apresentaram uma ampla definição que permite compreender o universo conceitual da economia circular:

*“Uma economia circular descreve um sistema económico que se baseia em modelos de negócio que substituem o conceito de 'fim de vida' pela redução, alternativamente reutilização, reciclagem e recuperação de materiais nos processos de produção/distribuição e consumo, operando assim ao nível micro (produtos, empresas, consumidores), ao nível meso (parques eco-industriais) e ao nível macro (cidade, região, nação e além), com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, o que implica*

*criar qualidade ambiental, prosperidade económica e equidade social, para o benefício das gerações atuais e futuras”*

Assim, pode-se concluir que a economia circular se orienta como um sistema restaurador e regenerativo, no qual o objetivo é manter os recursos e materiais em uso por mais tempo e minimizar o impacto ambiental negativo. A entrada de recursos, a produção de resíduos e emissões e as perdas de energia são minimizadas pela desaceleração, redução e fecho dos ciclos de materiais e energia (Cruz L, 2017).

A economia de partilha, por sua vez, é um modelo de consumo que se encaixa dentro dos limites da economia circular, pois possuem escopos similares e complementares. A economia circular busca fechar os ciclos de produção e consumo, a fim de maximizar a utilização dos recursos e reduzir os resíduos e impactos ambientais negativos. O consumo colaborativo encaixa-se dentro desse modelo, pois incentiva a partilha de bens ou serviços que seriam usados apenas ocasionalmente ou não utilizados em absoluto, tornando-os mais acessíveis e prolongando a sua vida útil (Botsman & Rogers, 2011).

Tanto uma como a outra possuem como objetivo a máxima utilização de todos os bens, de modo a prolongar a vida útil dos materiais e recursos, aumentando o ciclo de utilização (Merli et al., 2018). Além disto, a economia de partilha permite partilhar bens entre diversas pessoas, em diversos universos temporais, possibilitando a maior utilização dos mesmos e reduzindo as necessidades de produção de novos bens (Botsman & Rogers, 2011).

## **2.4. Características gerais da economia de partilha**

A economia de partilha visa passar de uma sociedade consumista para uma sociedade de consumo coletivo, com novas oportunidades de criação de valor (Botsman & Rogers, 2011). Por isto, existem alguns aspetos chave para que determinada atividade possa ser enquadrada no contexto da economia de partilha, tais como promover a recirculação de bens e a maior utilização de bens de longa duração, promover a troca de serviços, permitir a partilha de bens produtivos, bem como favorecer a construção de ligações sociais (Frenken & Schor, 2017).

Além disto, apesar de não existir uma única definição, e de haver diferentes formas de caracterizar a economia de partilha, depois de revisarem sistematicamente 67 definições na literatura, Ranjbari et al. (2018) encontraram 11 características comuns que esclarecem diferentes aspetos das diversas atividades de economia de partilha e que são identificados como princípios fundamentais.



Neste sentido, para ser caracterizada como atividade de economia de partilha, é necessário que estejam presentes todas, ou pelo menos a maior parte destas características no decorrer da transação ou atividade. São elas: acontecer através da utilização de *plataformas digitais*; utilizar a *capacidade ociosa dos bens*; ser uma forma de *consumo colaborativo*; promover o *acesso temporário* ao invés da propriedade; privilegiar a *conveniência dos participantes* (acessibilidade, flexibilidade, e facilidade de partilhar); poder ser atividade com fins lucrativos; ser uma conexão de *pessoa para pessoa*; ser uma atividade *baseada em rede e na confiança*; promover a *sustentabilidade*; ter a *plataforma* como um papel intermediário, e; ser capaz de operar com *custo marginal próximo de zero* (Ranjbari et al., 2018).

A *utilização de plataformas digitais* é um aspeto-chave da economia de partilha, uma vez que a tecnologia e a inovação são partes fundamentais que permitem a criação de plataformas que facilitam a conexão entre indivíduos, impulsionando a partilha de bens e serviços. A tecnologia e as plataformas digitais são identificadas como determinantes para que a economia de partilha possa acontecer entre pessoas desconhecidas (Muñoz & Cohen, 2017; Ranjbari et al., 2018).

Por sua vez, *utilizar a capacidade ociosa* do bem também é uma característica chave da economia de partilha. Um recurso é considerado com capacidade ociosa quando não está a ser utilizado em toda a sua capacidade e, portanto, uma certa quantidade dele está a ser subutilizado. Esta é uma das principais características da economia de partilha, pois tem como objetivo principal fazer uma melhor utilização da capacidade ociosa deste ativo, permitindo o acesso de outros membros da comunidade. Assim, cria-se a possibilidade de as pessoas alugarem, emprestarem ou trocarem bens umas com as outras (Botsman & Rogers, 2011; Frenken & Schor, 2017; Muñoz & Cohen, 2017). A capacidade ociosa pode ocorrer por várias razões, tais como o excesso de produção em relação à procura ou a falta de uso devido à inatividade ou desinteresse dos proprietários. Neste caso, a economia de partilha tem como princípio a ideia de que a capacidade ociosa de bens deve ser partilhada entre as pessoas (Belk, 2014; Ranjbari et al., 2018).

No que toca à comunidade de utilizadores, outra característica é de que a atividade seja uma forma de *consumo colaborativo*, e que esta seja formada por grupo de pessoas com características diversas que estão ligadas por laços sociais, partilham perspetivas comuns, e participam em ações conjuntas (Botsman & Rogers, 2011). Por vezes, a economia de partilha é considerada uma economia comunitária, ou seja, que se baseia na colaboração entre as pessoas que compõem determinada comunidade, possibilitando a partilha do uso de bens como carros,

casas, ferramentas e outros objetos entre os membros, sem a necessidade de ter a propriedade de forma exclusiva (Bardhi & Eckhardt, 2012; Cruz, 2017).

Por sua vez, a atividade de partilha não implica uma transferência permanente de propriedade, pois as atividades do consumo colaborativo priorizam o uso e não a propriedade em si. Assim, a *promoção do acesso temporário* também é considerada um princípio fundamental. Não é necessário ser o proprietário nominativo de determinado bem, mas sim, poder ter direito de aceder ao mesmo sempre que necessário (Botsman & Rogers, 2011). As atividades de partilha estão pautadas na ideia de *utilizar o bem* e não de possuí-lo, promovendo o seu uso para múltiplas pessoas utilizarem-no durante todo o tempo de vida útil do mesmo (Ranjbari et al., 2018).

De outra parte, no que toca a possibilidade de ser uma *atividade com fins lucrativos*, ainda existem discordâncias na literatura. Apesar de muitos investigadores concordarem que as atividades devam ter retorno financeiro para quem partilha (Ranjbari et al., 2018), há um segundo grupo que defende não ser necessário algum retorno financeiro, e que as motivações para partilhar não são sempre diretamente ligadas ao lucro (Bardhi & Eckhardt, 2012; Frenken & Schor, 2017; Grybaite & Stankevičienė, 2016).

Também considerada como característica importante, a *conveniência dos participantes*, no que toca à acessibilidade, à flexibilidade das negociações e facilidade de partilhar ou de tomar emprestado, é objetivo das atividades da economia de partilha, pois existe uma valorização da comunidade, onde o bem-estar dos membros é priorizado, em vez de priorizar o lucro individual. Pode-se dizer que nas atividades de economia de partilha, as pessoas trabalham juntas em vez de competirem umas contra as outras, pois a colaboração e a cooperação são incentivadas (Hamari et al., 2016).

Neste mesmo sentido, outro aspeto-chave é de que a economia de partilha é construída em torno da ideia de uma plataforma *direccionada de pessoa para pessoa*, em que tanto o prestador de serviços ou dono do bem, quanto o destinatário são indivíduos e não empresas, a tecnologia e utilização de plataformas são essenciais para conectar os membros interessados de forma simples e segura, o que traz à tona outro aspeto: o de que a *plataforma possui um papel intermediário* (Muñoz & Cohen, 2017; Ranjbari et al., 2018).

Por outro lado, é imperativo que seja uma atividade *baseada em rede* e na *confiança*, e para tal, ter um sistema de reputação é outra característica essencial para que as atividades de economia de partilha aconteçam, tendo em conta que ter um sistema de reputação para os utilizadores poderem avaliar suas transações incentiva a confiança para a participação das pessoas (Ranjbari et al., 2018).

Além disto, as atividades de economia de partilha são capazes de *operar com custo marginal próximo de zero*, pois as plataformas tecnológicas facilitam o acesso da sociedade a diversas opções de partilha sem a necessidade de se efetuar nenhum pagamento para participar, ou com um custo muito pequeno. A internet, por sua vez, é apontada como a responsável por facilitar este menor custo (Ranjbari et al., 2018).

Por fim, a *promoção da sustentabilidade* também é considerada um aspeto-chave no que toca às atividades de economia de partilha, e são levadas em consideração as três dimensões da sustentabilidade, ou seja, a económica, a social e a ambiental. Isto porque, a economia de partilha visa, entre outros valores que contribuem para a evolução sustentável da sociedade, promover uma utilização mais eficiente dos recursos, criar capital social, diminuir a poluição ambiental, além de capacitar e possibilitar o acesso à bens a pessoas que não lhes poderiam aceder se somente fosse possível comprar (Boar et al., 2020; Böcker & Meelen, 2017; Frenken & Schor, 2017; Ozanne & Ballantine, 2010; Prothero et al., 2011). Na secção 2.1.7, as principais contribuições da economia de partilha no âmbito dos objetivos de desenvolvimento sustentável serão abordadas mais aprofundadamente.

Embora estas características ou princípios fundamentais sejam consideradas especificações importantes da economia de partilha, é importante perceber que existem variações na frequência do uso das mesmas pela comunidade científica, bem como que não há um consenso específico sobre todas e que vai depender da visão filosófica, da lógica económica e da finalidade de cada investigador (Ranjbari et al., 2018).

## **2.5. Benefícios da economia de partilha**

A economia de partilha é capaz de transformar a maneira como as pessoas produzem e consomem, pois pode transformar as empresas e a sociedade, auxiliar na evolução da tecnologia de forma eficiente e fazer corresponder a oferta e a procura num ambiente de confiança (Grybaite & Stankevičiene, 2016).

A literatura tem demonstrado que existem diversos benefícios para a sociedade decorrentes da utilização de um modelo de economia de partilha, seja na dimensão económica, como por exemplo no que toca à poupança ou obtenção de rendimento, seja na dimensão social, pois pode possibilitar a criação de relações na comunidade e até mesmo novas amizades, seja na dimensão ambiental, pois pode promover um consumo mais sustentável e amigo do ambiente (Rodrigues, 2017). Dentro destas três dimensões, há alguns pontos chaves em que a economia de partilha pode ser benéfica.

A economia de partilha pode proporcionar uma *redução de custos*, pois permite que as pessoas compartilhem os custos de bens ou serviços que só serão usados ocasionalmente, demonstrando que pode ser financeiramente mais vantajoso do que necessitar ter a propriedade destes bens de forma individual (Ranjbari et al., 2018). Tal possibilidade leva a outro ponto benéfico, que é o *acesso* a estes recursos, pois participar de atividades de consumo colaborativo permite que as pessoas tenham acesso a recursos ou equipamentos que seriam financeiramente inacessíveis, que não seria possível aceder num modelo de posse. Além disto, quando uma pessoa disponibiliza o uso dos seus bens a outras pessoas, pode fazê-lo com uma contrapartida monetária, e assim, ter algum retorno financeiro (Boateng et al., 2019; Böcker & Meelen, 2017).

Por outro lado, a economia de partilha pode ser benéfica para a *sustentabilidade ambiental* e para a *redução do desperdício*, porque evita a exploração excessiva dos recursos e a criação de danos irreparáveis ao ambiente (Mi & Coffman, 2019; Prothero et al., 2011; Wu & Zhi, 2016). Pode também possibilitar o uso mais racional e sustentável dos recursos e produtos, reduzindo o desperdício, já que os bens ou serviços compartilhados são usados na sua totalidade e, portanto, de forma mais eficiente (Mi & Coffman, 2019). Assim, como tem o potencial para beneficiar o ambiente, otimizando a afetação de recursos – pois o aumento do consumo com a partilha não implica aumentar a produção de bens –, diminui também as emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes, e pode poupar energia (Wu & Zhi, 2016).

Além disto, na *dimensão social*, a economia de partilha incentiva o *fomento da colaboração* e do *senso de comunidade*, pois busca criar comunidades nas quais as pessoas colaborem e apoiem umas às outras (Mi & Coffman, 2019) e permite conectar pessoas que têm bens que não são tão necessários ou desejados, com pessoas que precisam deles (Grybaite & Stankevičienė, 2016). Assim, fazer parte de uma comunidade de economia de partilha permite também construir relações sociais entre as partes e transacionar diretamente com outros indivíduos, o que pode ser benéfico para a comunidade como um todo (Muñoz & Cohen, 2017).

As bibliotecas de brinquedos, por exemplo, podem ser benéficas nestas três dimensões, pois possibilitam aos pais o acesso a brinquedos de propriedade da comunidade, em vez de adquirir novos. Esta prática é vantajosa, considerando que as crianças tendem rapidamente a perder o interesse por brinquedos. Ademais, os benefícios das bibliotecas de brinquedos incluem economia financeira, diversificação das opções de brincadeiras para as crianças, auxílio no desenvolvimento das habilidades de aprendizagem, redução na aquisição de novos brinquedos e solução contra o desperdício (Ozanne & Ballantine, 2010).

## 2.6. As principais contribuições da economia de partilha no âmbito dos ODS

O desenvolvimento sustentável foi definido pela primeira vez em 1987 como um tipo de “*desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades*” (Commission on Environment and Development, 1987).

Por sua vez, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados em setembro de 2015 durante a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável da ONU em Nova Iorque, tendo sido subscritos por 193 países. Os objetivos estão relacionados com questões como pobreza, desigualdade, clima, degradação ambiental, paz e justiça, e são os pilares da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (Boar et al., 2020; United Nations, 2015).

Assim, foram criados 17 ODS (ver Tabela 1.1) para serem uma estratégia de mitigação dos desafios enfrentados atualmente, de forma colaborativa entre os 193 países subscritores, para que seja possível alcançar uma sociedade mais sustentável a curto e médio prazo, e garantir a prosperidade a longo prazo para os seres humanos, em conjunto com todos os demais seres vivos do Planeta.

*Tabela 1.1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

ODS Nº	NOME:	OBJETIVO:
<b>ODS 1</b>	Erradicar a Pobreza	Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
<b>ODS 2</b>	Erradicar a fome	erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
<b>ODS 3</b>	Saúde de qualidade	garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
<b>ODS 4</b>	Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
<b>ODS 5</b>	Igualdade de género	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
<b>ODS 6</b>	Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
<b>ODS 7</b>	Energias renováveis e acessíveis	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
<b>ODS 8</b>	Trabalho digno e crescimento económico	promover o crescimento económico, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
<b>ODS 9</b>	Indústria, inovação e infraestruturas	construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

<b>ODS 10</b>	Reduzir as desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
<b>ODS 11</b>	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
<b>ODS 12</b>	Produção e consumo sustentáveis	Garantir padrões e consumo e de produção sustentáveis
<b>ODS 13</b>	Ação Climática	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
<b>ODS 14</b>	Proteger a vida marinha	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
<b>ODS 15</b>	Proteger a vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade
<b>ODS 16</b>	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
<b>ODS 17</b>	Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementações e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Estes 17 objetivos traduzem-se em 169 metas e podem ser classificados em três dimensões: a económica, a social e a ambiental. Neste sentido, a *dimensão ambiental* tem como foco o aumento da eficiência e a utilização responsável dos recursos, a diminuição ou eliminação de impactos ambientais, tais como as emissões de gases de efeito estufa e a geração de resíduos, bem como o aumento do bem-estar ambiental. Por sua vez, a *dimensão social* visa salvaguardar a saúde e a segurança dos seres humanos, respeitar as leis e regulamentos, especialmente os direitos dos trabalhadores e das minorias, e resguardar os princípios éticos e morais, para aumentar o bem-estar social. Por fim, a *dimensão económica* pretende aumentar a eficiência de custos, de lucros e oportunidades de negócio, a estabilidade e redução de riscos operacionais, e o aumento da atratividade dos negócios (Andreotti et al., 2017; Boar et al., 2020; Pérez-Pérez et al., 2021; Wu & Zhi, 2016).

Há diversas classificações dos ODS dentro destas três dimensões, no entanto, podem enquadrar-se em mais de uma, como por exemplo o ODS 1, que visa acabar com a pobreza em todas as suas formas, pelo que pode ser classificado tanto como um ODS de dimensão social como económica.

A forma de viver em sociedade determina o impacto ambiental que é gerado no ambiente e na própria sociedade, e nos últimos 150 anos, a humanidade tem extrapolado os limites

seguros para o Planeta regenerar-se e continuar a fornecer os recursos naturais necessários para subsistir todos que nele vivem. Neste cenário, a economia de partilha tem sido uma aliada de apoio à concretização dos ODS, pois promove o uso mais racional e sustentável dos recursos finitos e escassos no Planeta, permitindo o acesso de bens aos usuários que antes não podiam fazê-lo, a não ser que os comprassem (Pérez-Pérez et al., 2021).

Por outro lado, também cria ligações entre as pessoas, agrega o senso de comunidade, combate o desperdício de alimentos, oferece oportunidades de emprego a grupos minoritários e cria comunidades nas quais as pessoas podem colaborar e apoiar umas às outras, desafiando os modelos tradicionais de negócio e impulsionando a inovação e tecnologia, além de criar comunidades fortes (Botsman & Rogers, 2011; Mi & Coffman, 2019).

Do ponto de vista ambiental, os modelos de negócio de economia de partilha criam valor sustentável ao aumentar a eficiência dos recursos e incentivar o uso responsável dos mesmos, reduzir as emissões ambientais, melhorar o bem-estar ambiental geral, diminuir a quantidade total de recursos necessários, reduzir a poluição, emissões e pegadas de gases de efeito estufa e diminuir as desigualdades de gênero, educação e renda (Boar et al., 2020).





## **A Participação da População em Iniciativas de Economia de Partilha**

### **3.1. Breve história da participação da população em iniciativas de economia de partilha**

Apesar de análises recentes indicarem uma crescente participação da população em iniciativas de economia de partilha, não são muitos os estudos que aprofundam os motivos e as formas de participação. Estudar estas questões tem grande relevância para perceber porque é notável este crescente interesse dos consumidores em ter *acesso* a bens e serviços e pagar pela experiência de utilizá-los de forma temporária, ao invés de *comprar e possuir* coisas (Bardhi & Eckhardt, 2012). Pode-se dizer que a propriedade deixou de ser o principal desejo de muitos consumidores, sendo que existem diversos fatores determinantes para a participação, ou não, da população em comunidades e serviços da economia de partilha (Bardhi & Eckhardt, 2012; Hamari et al., 2016).

De modo geral, o aumento do acesso à internet e a criação de plataformas digitais são grandes aliados para o crescimento da participação da população nestas iniciativas, pois auxiliaram a reduzir custos de transação e distâncias (Möhlmann, 2015), o que significa que a partilha em grande escala depende da tecnologia. Além disto, a globalização, a crise económica global, as mudanças nas atitudes dos consumidores e uma maior atenção para a sustentabilidade no consumo também são fatores importantes e encontrados na literatura (Hamari et al., 2016).

Em 2020, foi publicado o Relatório do Projeto de Pesquisa UE H2020 Ps2Share, relativo à participação da população da União Europeia na Economia de Partilha que demonstrou que, em geral, 9,1% dos europeus inquiridos partilharam algo seu numa plataforma de partilha digital, ao passo que 18,7% consumiram. Além disso, 62,5% sabiam o que é, ou já tinham ouvido falar sobre, mas nunca tinham utilizado, e 9,7% não possuíam conhecimento do que são serviços de partilha. Tais dados demonstram que a participação na economia de partilha ainda é uma atividade minoritária, seja na participação ativa, como passiva (Andreotti et al., 2017).

Os fatores que motivam, ou não, a participação da população em atividades de economia de partilha, variam entre motivações sociais, económicas e ambientais, podendo diferir conforme grupos sociodemográficos, assim como conforme a forma de participação, seja daqueles que oferecem os bens e serviços, seja daqueles que usufruem dos bens e serviços (Böcker & Meelen, 2017).

### **3.2. Fatores motivadores para a participação da população em iniciativas economia de partilha**

Existem diversas teorias de motivação do comportamento utilizadas para explicar as razões pelas quais uma pessoa decide participar ou não em determinadas atividades de economia colaborativa, tais como a Hierarquia de Necessidades de Maslow, a Teoria do Comportamento Planeado de Ajzen (TPB), a Teoria da Autodeterminação (SDT) e a Teoria da Troca Social (SET) (Bellotti et al., 2015). No entanto, a teoria que mais vem sendo utilizada nos estudos sobre a economia de partilha é a Teoria da Autodeterminação (SDT) de Ryan & Deci (2000), que tem a perspectiva de que o comportamento é impulsionado por motivações extrínsecas e intrínsecas, que refere que um motivo a favor ou contra uma determinada atividade pode ser definido como um fator que desperta, direciona e integra o comportamento de uma pessoa em relação a essa atividade (Hawlitschek et al., 2018; Möhlmann, 2015).

As motivações intrínsecas emergem de satisfações inerentes à atividade em si, do prazer de realizar determinada atividade, do valor internalizado independentemente de qualquer recompensa externa, e têm relação com a necessidade de sentir-se responsável pelas próprias ações e agir de acordo com seus próprios valores, propósito e metas pessoais (Deci & Ryan, 2000). Dentro das motivações intrínsecas, a preocupação ambiental ou a vontade de produzir menos resíduos, por exemplo, podem ser fatores impulsionadores da participação da população em atividades de economia de partilha (Hamari et al., 2016; Möhlmann, 2015).

Além disto, algumas pessoas podem estar motivadas por valores éticos e de sustentabilidade, como a preservação do ambiente e a poupança de recursos naturais. Neste contexto, a participação e colaboração nestas iniciativas podem ser influenciadas por um comportamento altruísta ou pró-social (Bardhi & Eckhardt, 2012), bem como por ideologia e preocupações socioeconômicas e ambientais (Hamari et al., 2016), tais como a intenção de fazer o bem para outras pessoas e para o ambiente, ajudar os outros, e/ou adotar um estilo de vida mais sustentável (Prothero et al., 2011).

Já as motivações extrínsecas, por sua vez, relacionam-se com os resultados esperados do comportamento adotado, baseados em recompensas externas, como recompensas monetárias, fama, boa reputação ou *status* social decorrentes da prática de determinada atividade (Deci & Ryan, 2000). São também relacionadas com as necessidades de ter reconhecimento positivo pelos outros e ter uma boa imagem perante a sociedade, em razão da vontade de cumprir expectativas e normas sociais de comportamento para se sentir valorizado perante algum grupo social (Böcker & Meelen, 2017; Hamari et al., 2016; Ryan & Deci, 2000; Tussyadiah, 2016).

Neste sentido, pode-se dizer que os fatores extrínsecos são considerados motivos mais individualistas conectados com ganhos externos que a pessoa recebe caso tenha determinado tipo de comportamento (Ryan & Deci, 2000). Dentro dos fatores extrínsecos, os benefícios financeiros de participar na economia de partilha têm sido fatores repetidamente confirmados como fortes impulsionadores do comportamento do consumidor (Hamari et al., 2016), o que não é tão surpreendente, visto que a economia de partilha oferece um modo de consumo alternativo até então inexistente (Hawlitschek et al., 2018; Tussyadiah, 2016).

O consumo colaborativo ajuda os utilizadores não só a economizar dinheiro, mas também facilita o acesso a recursos que antes só poderiam ser utilizados com a aquisição, além de ajudar a obter um rendimento extra com a cedência de bens. As opções de partilha normalmente são mais acessíveis monetariamente, sendo que a consciência de preço é um fator determinante para aderir a atividades de partilha. Participar desta forma de interação é uma atividade que substitui com excelência uma opção não partilhada, sendo uma razão importante para motivar a participação (Andreotti et al., 2017; Möhlmann, 2015).

Participar na economia de partilha também cria uma comunidade de utilizadores, ou seja, um grupo de pessoas diversas ligadas por laços sociais. Esta possibilidade de se conectar com pessoas locais que partilham hobbies ou crenças, faz com que os utilizadores se sintam parte de um grupo, isto é, pertencentes a uma comunidade. Por isto, a busca de experiências sociais e um senso de comunidade foram identificados como impulsionadores significativos na adesão a atividades de economia de partilha (Boateng et al., 2019; Hawlitschek et al., 2018; Möhlmann, 2015; Pérez-Pérez et al., 2021; Tussyadiah, 2016).

Por sua vez, a sustentabilidade ambiental tem sido um fator impulsionador em alguns contextos, principalmente ligada à ideia de um consumo ecologicamente sustentável, derivado do crescente ceticismo em relação às estruturas capitalistas e movimentos anti consumo (Hamari et al., 2016; Tussyadiah, 2016). Assim, participar em iniciativas de partilha inclui participar em formas alternativas de consumo verde, ético ou sustentável, que se tornam cada vez mais importantes no cotidiano da população (Möhlmann, 2015).

Confiar nas plataformas e nos demais participantes é considerado um dos principais determinantes para a participação em atividades de economia de partilha (Botsman & Rogers, 2011; Hamari et al., 2016), sendo essencial para a satisfação de quem participa destas iniciativas (Möhlmann, 2015). Neste cenário, a possibilidade de avaliar os utilizadores, que retrata a confiança na qualidade do serviço, também é um fator determinante para desmistificar e motivar a utilização das plataformas de economia de partilha, uma vez que uma nova utilização sempre dependerá da experiência já vivida, sendo um antecedente importante para a satisfação e

também para impulsionar futuras utilizações (Möhlmann, 2015). Além disso, tem sido cada vez mais importante estabelecer regras claras sobre a responsabilidade em caso de danos ou perda de bens compartilhados (Hamari et al., 2016).

Por sua vez, o consumo colaborativo é uma tendência emergente que vem influenciando o comportamento do consumidor em larga escala (Botsman & Rogers, 2011), particularmente dos que fazem parte da geração Y – também identificados como *Millennials* -, uma faixa etária relativamente jovem (Ranzini et al., 2017). Para estes utilizadores, o ato de consumo está conectado à identidade social e provoca um sentimento positivo, sendo que geralmente desejam seguir uma tendência, procurando utilizar produtos e serviços inovadores, e por esta razão são mais propensos a preferir compartilhar em vez de ter a propriedade dos produtos (Möhlmann, 2015; Ranzini et al., 2017).

Tal como mencionado, as motivações para partilhar diferem consoante os grupos sociodemográficos. Além disto, as pessoas que utilizam bens e serviços podem ter motivações diversas das pessoas que fornecem os mesmos bens e serviços, uma vez que as atividades de fornecer e utilizar são substancialmente diferentes. Por exemplo, as razões para partilhar um berbequim, podem ser diferentes das razões para partilhar um apartamento, tal como são diferentes para quem oferece ou quem solicita o bem ou serviço (Böcker & Meelen, 2017).

Como visto, as motivações para participar em atividades de economia de partilha podem ser intrínsecas ou extrínsecas e podem estar relacionadas com as três dimensões da sustentabilidade, quais sejam as motivações ambientais, económicas e sociais. Na presente pesquisa, e, de acordo com a literatura analisada, entende-se que as motivações ambientais estão mais relacionadas com as motivações intrínsecas, as económicas mais relacionadas com as motivações extrínsecas de cada pessoa, e as sociais com ambas (intrínsecas e extrínsecas) (Böcker & Meelen, 2017).

Na Tabela de Sistematização 3.1 é possível perceber onde cada fator se enquadra dentro da SDT e das dimensões de sustentabilidade, de acordo com o encontrado na literatura.

*Tabela 3.1 - Fatores motivadores: SDT vs. Dimensões da Sustentabilidade*

Temática	SDT	ESG	Autores
<b>Reduzir meu impacto ambiental</b>	Intrínseca	Ambiental	Bardhi & Eckhardt (2012), Böcker & Meelen (2017), Hamari et al. (2016), Möhlmann, (2015), Tussyadiah (2016).
<b>Diminuir o consumo desnecessário</b>	Intrínseca	Ambiental	Boateng et al. (2019), Böcker & Meelen (2017), Hamari et al. (2016), Möhlmann (2015), Tussyadiah (2016).

<b>Evitar a produção de resíduos</b>	Intrínseca	Ambiental	Bardhi & Eckhardt (2012), Böcker & Meelen (2017), Hamari et al. (2016), Möhlmann (2015), Tussyadiah, (2016).
<b>Fortalecer a comunidade</b>	Intrínseca e Extrínseca	Social	Bardhi & Eckhardt (2012), Boateng et al. (2019), Möhlmann (2015), Prothero et al. (2011).
<b>Interação social</b>	Intrínseca e Extrínseca	Social	Böcker & Meelen (2017), Hamari et al. (2016), Ranzini et al. (2017), Tussyadiah (2016).
<b>Sentimento de pertencer a um grupo</b>	Intrínseca	Social	Bardhi & Eckhardt (2012), Boateng et al. (2019).
<b>Conhecer novas pessoas</b>	Intrínseca	Social	Böcker & Meelen (2017), Hamari et al. (2016), Tussyadiah (2016).
<b>Sentido de responsabilidade social</b>	Intrínseca	Social	Bardhi & Eckhardt (2012), Möhlmann (2015).
<b>Bem-estar por agir de forma adequada</b>	Intrínseca	Social	Bardhi & Eckhardt (2012), Möhlmann (2015).
<b>Boa imagem/ Reputação</b>	Extrínseca	Social e Económica	Böcker & Meelen (2017), Hamari et al. (2016), Tussyadiah (2016).
<b>Facilidade de ganhar ou economizar dinheiro</b>	Extrínseca	Económica	Bardhi & Eckhardt (2012), Boateng et al. (2019), Böcker & Meelen (2017), Hamari et al. (2016), Tussyadiah, (2016).
<b>Apoiar indivíduos e pequenas empresas</b>	Intrínseca e Extrínseca	Social e Económica	Bardhi & Eckhardt (2012), Boateng et al. (2019), Möhlmann (2015).

### 3.3. Barreiras à participação da população em iniciativas de economia de partilha

Apesar do crescente interesse da população na participação de atividades da economia de partilha, ainda existem alguns desafios que desmotivam esta participação e que necessitam ser ultrapassados para que a adesão das pessoas continue a crescer (Frenken & Schor, 2017).

Tal como mencionado anteriormente, a confiança é um pré-requisito indispensável para a tomada de decisão entre participar ou não em atividades de economia de partilha (Hawlitsek et al., 2018). A confiança nas plataformas, em conjunto com o seu valor percebido, é gerada pela experiência decorrente da sua utilização (Dabija et al., 2022; Hossain, 2021). Além disso, a confiança depende de fatores associados à manutenção, qualidade ou segurança dos bens e serviços a serem partilhados (Sales et al., 2021), e das próprias pessoas que estão a participar destas atividades de partilha (Andreotti et al., 2017; Gullstrand Edbring et al., 2016; Spindeldreher et al., 2019).

Neste sentido, a falta de confiança é um dos fatores que mais pode desmotivar a participação das pessoas em iniciativas de economia de partilha, sendo que abrange diversas questões do processo de participação, como por exemplo, não confiar nos demais participantes

por serem pessoas desconhecidas, passando pela própria segurança da plataforma e a qualidade dos bens a serem partilhados, até as preocupações com as questões de regulamentação da utilização e proteção legal do utilizador (Dabija et al., 2022; Sales et al., 2021). Esta última pode ser complexa, especialmente no que toca às questões de segurança, proteção de dados pessoais e responsabilidade legal, pois envolve a partilha de informações pessoais, como endereço, informações de pagamento e outras informações pessoais que nem sempre se consegue garantir que estejam seguras (Ranjbari et al., 2018).

Por outro lado, a falta de conhecimento acerca do uso das tecnologias e da forma como funcionam iniciativas de economia de partilha é também um fator que pode desencorajar a participação da população, pois atualmente estas iniciativas dependem fundamentalmente do acesso e do uso dos serviços de internet (Andreotti et al., 2017; Dabija et al., 2022). Neste mesmo sentido, a falta de acesso à tecnologia ou a falta de habilidade para usar aplicações, plataformas e equipamentos tecnológicos também pode dificultar o acesso de determinados grupos demográficos, tais como a população mais carenciada e de baixo rendimento ou pessoas que vivem em zonas rurais ou mais afastadas dos grandes centros urbanos (Andreotti et al., 2017; Ranzini et al., 2017).

Por sua vez, a interação social, na mesma medida que pode ser um fator motivador, também é uma barreira da participação em atividades de economia de partilha. A interação social indesejada refere-se à preocupação de que o envolvimento nestas atividades colaborativas poderia envolver interações sociais indesejáveis (Spindeldreher et al., 2019), e uma destas preocupações reside em não saber quem será a pessoa com a qual será necessário ter contacto para partilhar bens, nem qual seu tipo de personalidade, ou os riscos aos quais estarão submetidos ao ter de interagir com o desconhecido (Dabija et al., 2022; Frenken & Schor, 2017; Hamari et al., 2016; Sales et al., 2021).

Os hábitos de consumo também são um fator importante e as crenças culturais podem ser barreiras para a mudança para uma economia de partilha, principalmente no que toca ao desejo de possuir, pois a instituição da propriedade ainda é um modelo de consumo enraizado de forma profunda na sociedade (Gullstrand Edbring et al., 2016). Além disto, há preocupação acerca da falta de flexibilidade e independência, uma vez que quando se detém a propriedade de um bem, este pode ser utilizado a qualquer hora pelo proprietário, mas quando existe uma partilha deste bem com outras pessoas, pode haver momentos de limitação do acesso. Neste mesmo sentido, quando a pessoa tem apenas a posse, também não tem a mesma independência que teria se fosse proprietário, o que faz gerar um sentimento de querer ser o único dono dos bens e não ter a intenção de partilhar (Spindeldreher et al., 2019).

Além disto, no Relatório do Projeto de Pesquisa UE H2020 Ps2Share, publicado em 2017, relativo à participação da população da União Europeia na Economia de Partilha, foi constatado que a razão mais importante para que as pessoas não tenham interesse em participar da economia de partilha foi a falta de vontade de partilhar os próprios pertences pessoais com pessoas desconhecidas, simplesmente por não gostarem de partilhar seus bens (Andreotti et al., 2017).





## CAPÍTULO 4.

# Metodologia

Foi realizada uma pesquisa quantitativa. Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário (Quivy et al., 1992), que captou o nível de disponibilidade dos portugueses em partilhar seus bens com pessoas desconhecidas, em prol de uma sociedade mais sustentável, social e ambientalmente.

Para a construção do questionário foi realizada pesquisa prévia para o desenvolvimento de questões que se adequassem ao objetivo pretendido, através dos inputs da revisão da literatura. Assim, por exemplo, tendo em conta a Teoria da Autodeterminação - motivos intrínsecos e extrínsecos, juntamente com as dimensões de sustentabilidade – ambiental, social e económica, foi elaborada uma questão mencionando 12 fatores de motivação no inquérito, com o objetivo de perceber quais dos motivos eram mais recorrentes como impulsionadores da participação dos inquiridos em atividade de economia de partilha. As 12 motivações utilizadas, apesar de serem estudadas repetidamente, não foram as únicas encontradas na literatura, no entanto, foram as que mais se enquadravam no objeto da pesquisa.

O questionário foi desenvolvido no Google Forms, encontrando-se estruturado em 3 secções: uma primeira secção relativa a informações mais pessoais, tais como a idade, género e local de residência; uma segunda secção que aborda os prévios conhecimentos sobre os conceitos da economia de partilha; e uma terceira e última secção relativa à participação, ou não, em atividades relacionadas com a economia de partilha, os fatores motivadores e as barreiras para a participação. O questionário encontra-se em anexo.

Depois da construção do questionário, foi realizado um pré-teste que resultou em ligeiras adaptações das questões para reforçar a sua clareza e procedeu-se à sua divulgação através de diversas plataformas de redes sociais. Adotou-se, portanto, um processo de amostragem não aleatória por conveniência.

Os participantes foram convidados a responder de forma voluntária e deram o seu consentimento para a participação neste estudo. O questionário foi divulgado através de diversas redes sociais e esteve disponível para resposta em dois momentos diferentes: num primeiro momento, esteve disponível entre os meses de abril e julho de 2021 – em plena pandemia de Covid 19, e, num segundo momento, esteve disponível durante o mês de julho de 2022 – após levantamento de restrições associadas à pandemia.

Assim, os resultados contam com duas amostras que totalizam 226 indivíduos. Sendo que a primeira amostra conta com 122 respostas, referente ao ano de 2021 – período durante a

pandemia -, e a segunda amostra conta com 104 respostas, referente ao ano de 2022 – período pós pandemia. Apenas foram consideradas válidas as respostas de inquiridos que vivem em Portugal.

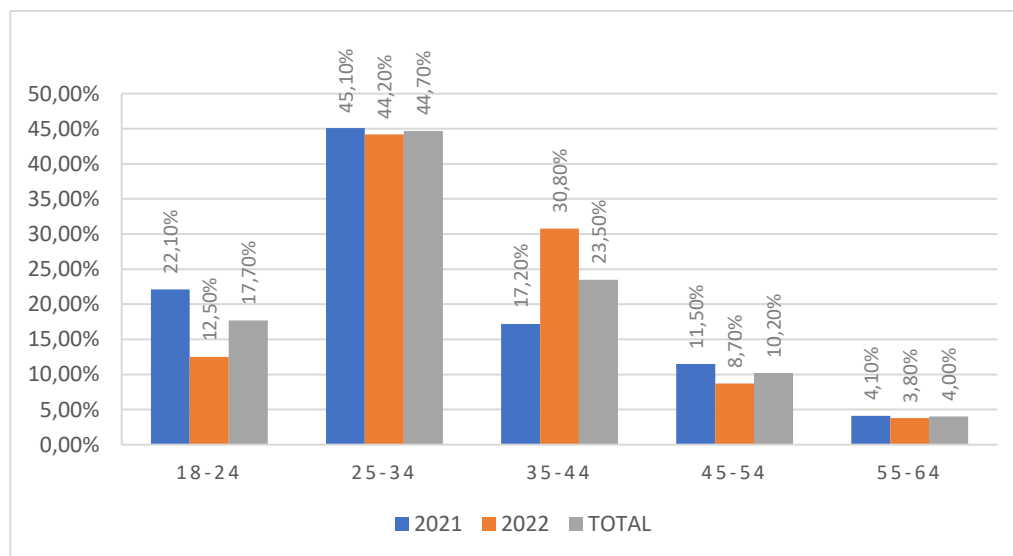
Depois de recolhidos os dados, a sua análise foi realizada através do Software IBM SPSS Statistics versão 29.0.0.0 (241). Recorreu-se à análise estatística univariada (sobretudo análise de frequências) e bivariada (procurando relações estatisticamente significativas entre variadas). Procedeu-se ainda a testes de comparação de amostras de forma a detetar diferenças entre os dois períodos (pandemia e pós-pandemia) e grupos de inquiridos.

## Resultados e Discussão

### 5.1. Caracterização dos participantes

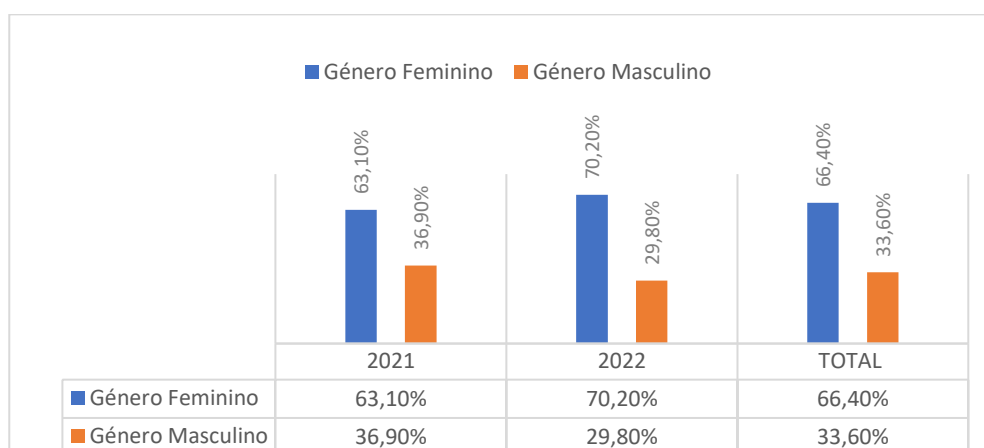
O perfil sociodemográfico dos participantes foi o seguinte para o conjunto das duas amostras (226 indivíduos). A maior parte dos inquiridos vive no Concelho de Lisboa (29,65%), seguidos de residentes do Concelho de Cascais (8,40%) e do Concelho de Almada (7,52%). Não obstante, há inquiridos de 44 concelhos distribuídos pelo Continente e Ilhas. No que toca à idade dos participantes, 44,7% possui idades entre os 25 e 34 anos, seguidos de 23,5% com idades entre 35 e 44 anos, 17,7% com idades entre os 18 e 24 anos, 10,2% com idades entre 45 e 54 anos, e, 4% entre os 55 e 64 anos. Existem algumas diferenças de distribuição da idade dos respondentes entre as duas amostras, sobretudo no que se refere aos escalões 18-24 anos e 35-44 anos, conforme o Gráfico 5.1.

Gráfico 5.1 - Idade dos participantes por escalão.



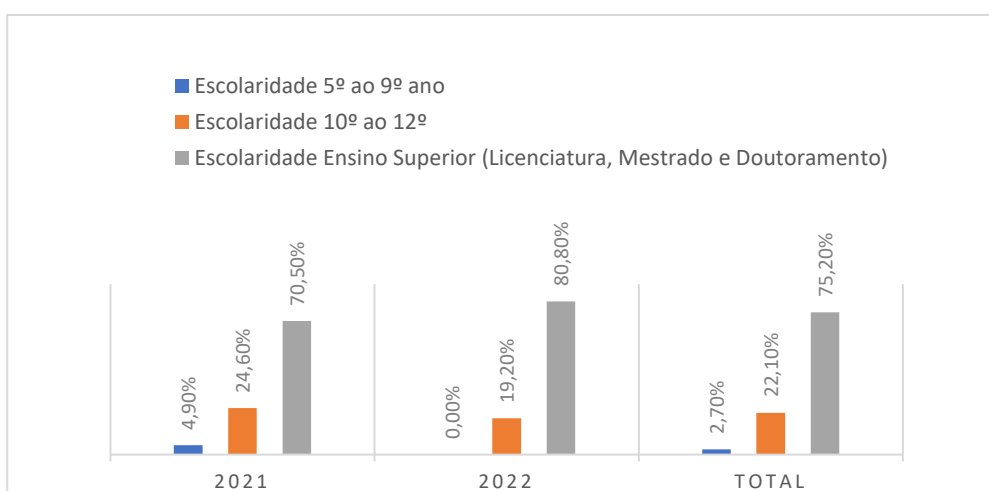
Com relação à identidade de género, do total das amostras, 66,4% dos inquiridos identificaram-se como do género feminino e 33,6% como do género masculino. Quando comparadas as amostras de 2021 e 2022, pode-se perceber que em ambas a maioria dos participantes identifica-se como mulher e que há uma diferença de 7,1 pontos percentuais do peso das mulheres nas duas amostras, conforme o Gráfico 5.2.

Gráfico 5.2 – Identidade de género dos participantes.



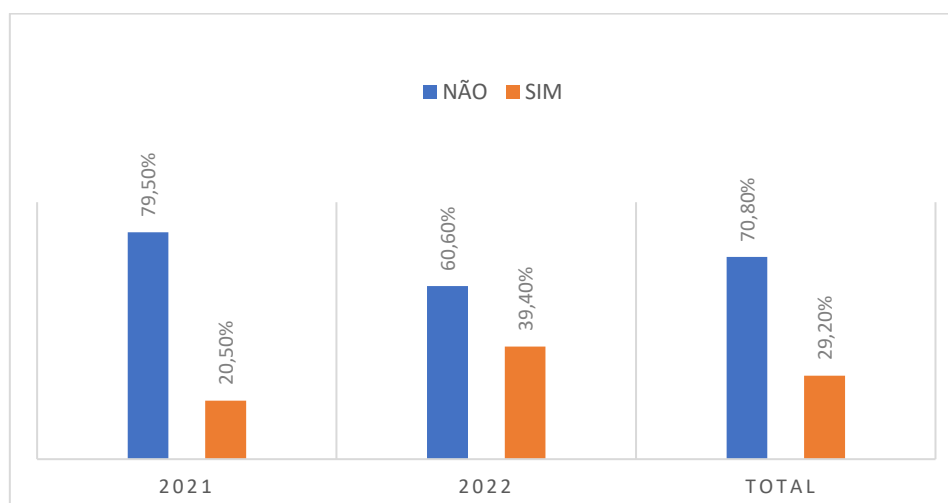
E, por fim, quanto ao nível de escolaridade, no conjunto das duas amostras 75,2% dos inquiridos afirmaram possuir Ensino Superior completo, 22,1% afirmaram ter entre o 10º e o 12º ano, e 2,7% afirmaram ter entre o 5º e o 9º ano. Quando comparadas as amostras, percebe-se que ambas possuem uma composição semelhante, conforme o Gráfico 5.3.

Gráfico 5.3 – Nível de escolaridade dos participantes.



Quando perguntados se “participavam de algum grupo ou fórum relacionado ao ambiente ou com a sustentabilidade”, do total de ambas as amostras, 70,8% responderam que *não participavam*, contra 29,2% que responderam de forma positiva. Quando comparadas as amostras de 2021 e 2022, foi verificado que o segundo grupo tinha uma percentagem de 39,4% de participação, representando 18 pontos percentuais a mais que os participantes da amostra de 2021, conforme o Gráfico 5.4.

Gráfico 5.4 – Participação em grupos ou fóruns relacionados ao ambiente ou sustentabilidade.



## 5.2. Participação na economia de partilha

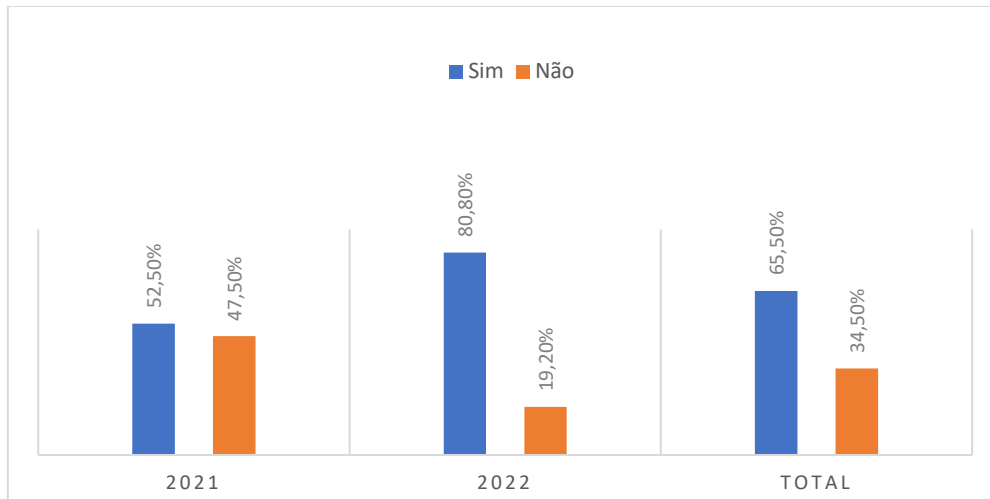
Antes de apresentar as questões sobre a participação na economia de partilha foi apresentada, no inquérito, a descrição de economia de partilha que aqui se transcreve:

*“A economia de partilha é uma nova forma de pensar a nossa relação com os bens e serviços. Em vez de despender dinheiro na compra de algo novo, optamos por reutilizar, pedir emprestado ou alugar. Por outro lado, se tivermos bens que não usamos (ociosos) podemos disponibilizá-los a outros. A economia da partilha pode gerar um sentimento de comunidade, em que recursos partilhados podem unir sociedades, ajudando também a poupar dinheiro e o planeta.”*

Tendo em consideração esta descrição, 65,5% dos inquiridos respondeu que já tinha ouvido falar em economia de partilha, valor que se assemelha aos encontrados na pesquisa de Andreotti e colegas, relativo à participação da população da União Europeia na Economia de Partilha, que concluiu que 62,5% dos participantes possuíam conhecimentos do que era a economia de partilha (Andreotti et al., 2017). Quando observadas as duas amostras em separado, o resultado demonstrou um aumento de 28,3% de inquiridos que já possuíam conhecimento prévio sobre o conceito de economia de partilha, entre os anos de 2021 e 2022, conforme o Gráfico 5.5, o que corrobora comos resultados da literatura de que o conhecimento sobre as atividades de

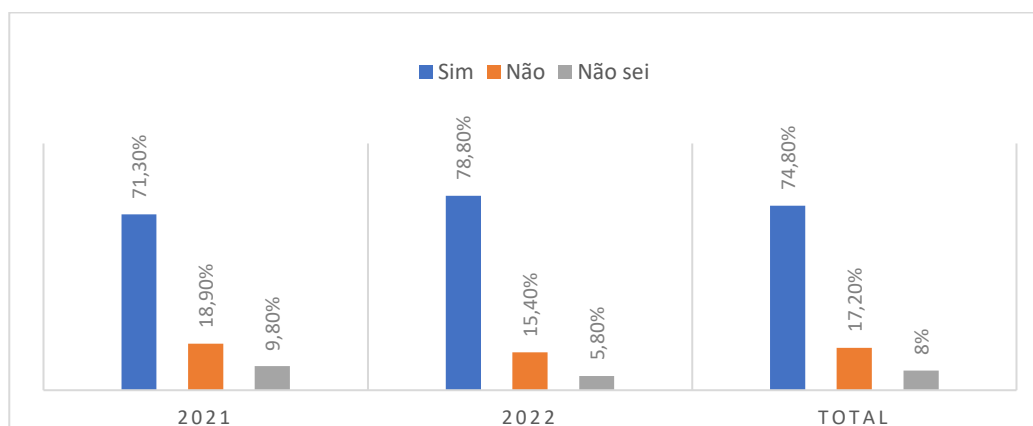
economia de partilha vem crescendo ano após ano (Botsman & Rogers, 2011; Frenken & Schor, 2017; Hamari et al., 2016; Pérez-Pérez et al., 2021).

Gráfico 5.5 – Conhecimento sobre o conceito economia de partilha.



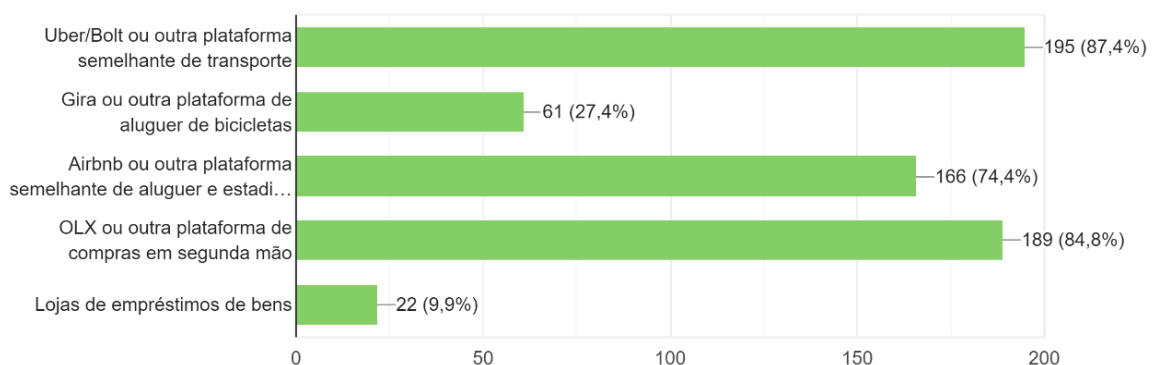
Por outro lado, tendo em consideração a breve descrição de economia de partilha, 74,8% dos inquiridos responderam que já participaram na economia de partilha. Tais respostas são distintas dos resultados encontrados na pesquisa de Andreotti e colegas, na qual apenas 18,7% dos inquiridos alegaram já ter participado destas atividades (Andreotti et al., 2017). Essa diferença pode ser atribuída ao fato de que, no presente estudo, foi apresentada uma breve explicação sobre o conceito de economia de partilha aos inquiridos, ao contrário da pesquisa referida, que não incluiu tal apresentação conceitual. Quando analisadas as amostras em separado, não houve modificações significativas, conforme o Gráfico 5.6.

Gráfico 5.6 – Participação em atividades de economia de partilha.



No inquérito, foram mencionados alguns exemplos de plataformas que usam o modelo de economia de partilha. Todos os participantes responderam que já haviam utilizado pelo menos uma delas. Do total de ambas as amostras, as plataformas de partilha de transporte foram as mais utilizadas, seguidas das plataformas de segunda mão, como a OLX, e das plataformas de aluguer e partilha de estadias. É de notar a baixa utilização de lojas de empréstimos de bens. Tais resultados, estão parcialmente em linha com a literatura, que demonstra que as plataformas de partilha de casas e carros são as mais utilizadas ao longo do tempo (Andreotti et al., 2017; Botsman & Rogers, 2011; Grybaite & Stankevičiene, 2016; Gullstrand Edbring et al., 2016; Nwaorgu, 2018; Rodrigues, 2017).

*Gráfico 5.7 – Utilização de plataformas de economia de partilha.*

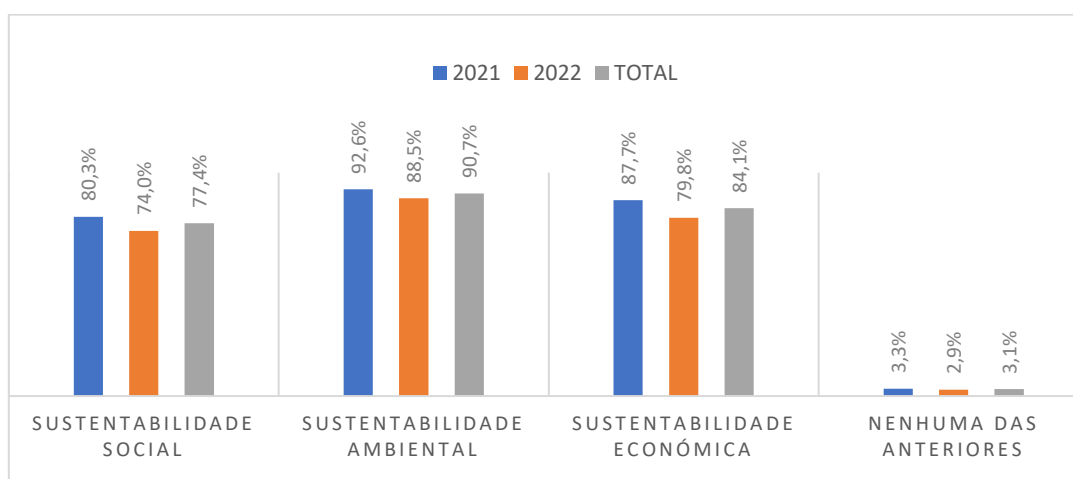


Procedeu-se à criação de uma variável que reflete a soma do uso de todos os tipos de plataformas e aplicou-se a análise ANOVA. Os resultados revelam que não há um efeito significativo da pandemia no número de tipo plataformas usadas ( $F=0,161$ ,  $p>0,1$ ), ou seja, as médias das duas amostras não são significativamente distintas. Também não se encontraram efeitos da identidade de género ( $F=0,973$ ,  $p>0,1$ ), e da idade ( $F=1,258$ ,  $p>0,1$ ). Contudo, o nível de escolaridade tem um efeito significativo no número de tipo de plataformas usadas ( $F=4,060$ ,  $p<0,05$ ) – quanto maior o nível de escolaridade, maior a variedade de plataformas usadas. Da mesma forma, a participação em grupos e/ou fóruns de ambiente e sustentabilidade ( $F=3,626$ ,  $p<0,10$ ) e a existência prévia de conhecimento da economia de partilha ( $F=2,733$ ,  $p<0,10$ ) têm um efeito significativo no número de tipo de plataformas usadas: as pessoas inquiridas que participam em grupos e/ou fóruns de ambiente e sustentabilidade ou já conhecem a economia de partilha tendem a usar uma maior variedade de plataformas.

### 5.3. Economia de partilha e sustentabilidade

Quanto ao tipo de contribuição que os respondentes consideram que a economia de partilha tem para a sociedade, 77,4% dos participantes consideraram que contribui para a *sustentabilidade social*; 90,7% para a *sustentabilidade ambiental*, e; 84,1% para a *sustentabilidade económica*. Apenas 3,1% consideraram que a economia de partilha não tem qualquer contributo para a sustentabilidade. Quando comparadas as amostras relativas aos dois anos, não houve mudança significativa na forma de pensar dos participantes (os testes de Chi-Quadrado não revelam associação significativa entre o ano de resposta e a perceção dos respondentes do contributo da economia de partilha para cada uma das dimensões da sustentabilidade).

Gráfico 5.8 – Perceção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade.



Ainda no que toca à perceção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade, quando considerada a amostra total, a análise de frequências sugere que a perceção de que a *economia de partilha contribui para as dimensões de sustentabilidade* é maior conforme o aumento do nível de escolaridade (ver Gráfico 5.9), principalmente no que toca à *sustentabilidade social e ambiental*, em que apenas 33,3% e 16,7% dos inquiridos com nível de escolaridade entre o 5º e o 9º, respetivamente, acreditam haver alguma contribuição da economia de partilha, contra 82,9% e 95,3% dos inquiridos com o ensino superior completo. A existência de diferenças entre níveis de escolaridade estatisticamente é confirmada pelo teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, conforme demonstrado na Tabela 5.1. Estes resultados são semelhantes aos encontrados na literatura, que demonstram que quanto maior o acesso à escolaridade, maior a perceção de que há contribuição para a sustentabilidade em alterar as



formas de consumo para atividades mais colaborativas, tais como as de economia de partilha (Andreotti et al., 2017; Boar et al., 2020).

Gráfico 5.9 – Escolaridade vs. Percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade.

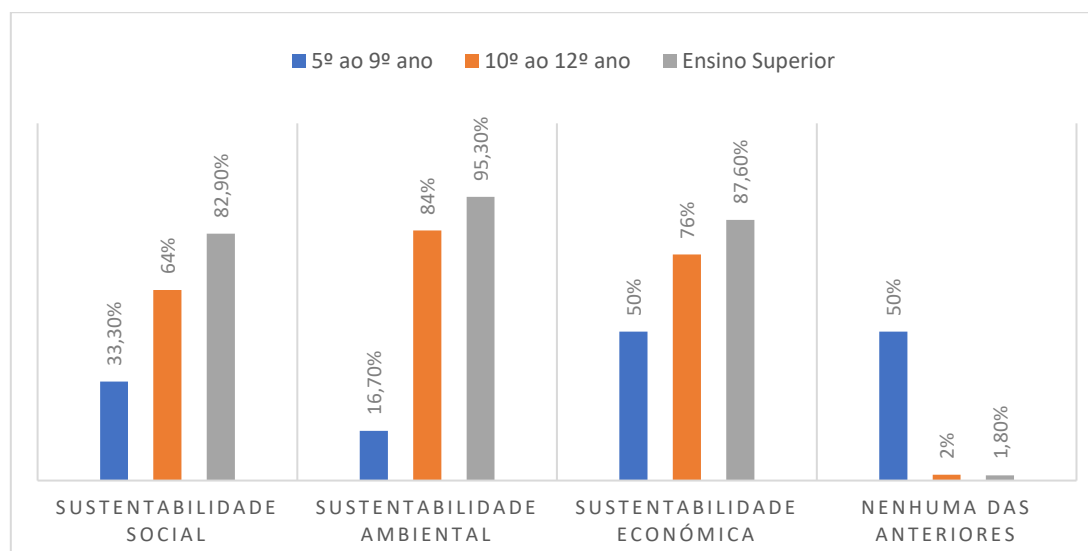


Tabela 5.1 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis à existência de diferenças entre níveis de escolaridade na percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade.

	Escolaridade	N	Mean Rank
Sustentabilidade social Kruskal-Wallis H = 14,727 p<0,001	5º ao 9º ano	6	63,67
	10º ao 12º	50	98,32
	Ensino Superior	170	119,72
	Total	226	
Sustentabilidade económica Kruskal-Wallis H = 9,215 p<0,01	5º ao 9º ano	6	75,00
	10º ao 12º	50	104,38
	Ensino Superior	170	117,54
	Total	226	
Sustentabilidade ambiental Kruskal-Wallis H = 45,733 p<0,001	5º ao 9º ano	6	29,83
	10º ao 12º	50	105,92
	Ensino Superior	170	118,68
	Total	226	

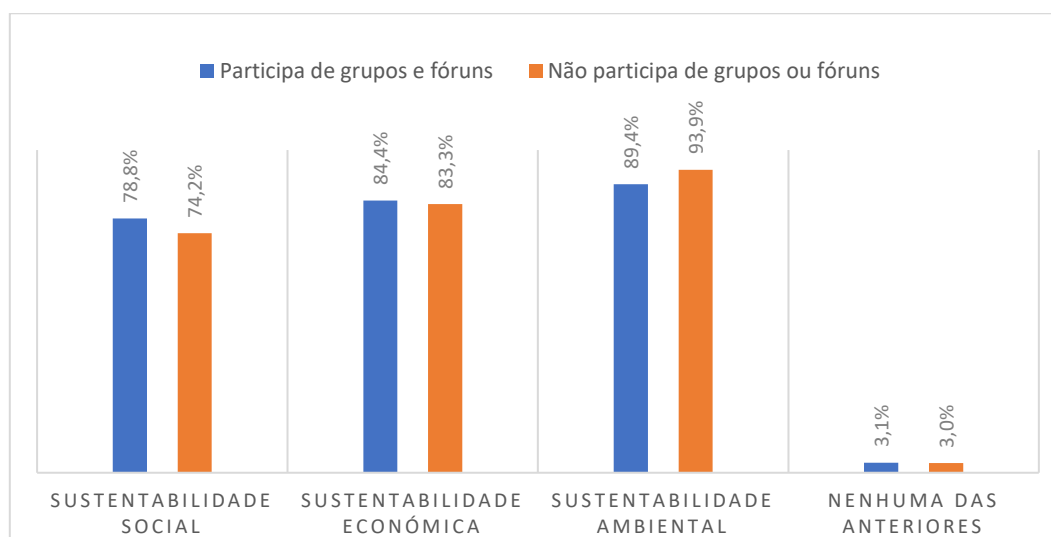
Também existem diferenças associadas à identidade de género. As pessoas inquiridas que se identificam com o género feminino tendem ter mais consciência do contributo da economia de partilha para as diversas dimensões da sustentabilidade, conforme patente na Tabela 5.2.

Tabela 5.2 – Resultados do teste de Mann-Whitney à existência de diferenças entre identidade de género na percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade.

	Identidade de Género	N	Mean Rank
Sustentabilidade social Mann-Whitney U = 5152,0 p<0,1	Feminino	150	117,15
	Masculino	76	106,29
	Total	226	
Sustentabilidade económica Mann-Whitney U = 5034,0 p<0,05	Feminino	150	117,94
	Masculino	76	104,74
	Total	226	
Sustentabilidade ambiental Mann-Whitney U = 4690,0 p<0,001	Feminino	150	120,23
	Masculino	76	100,21
	Total	226	

No entanto, quando o *entendimento sobre a contribuição da economia de partilha* para a promoção da sustentabilidade foi avaliado em relação ao grupo de inquiridos *que participavam ou não em fóruns ou grupos de ambiente e sustentabilidade*, a percepção foi muito similar em todas as dimensões, independentemente de participarem ou não nestes grupos, sendo os testes de Mann-Whitney U não significativos ( $p>0,1$ ). Tal resultado surpreendeu, visto que era esperado uma maior consciência de pessoas que já estão envolvidas em atividades direcionadas para as temáticas do ambiente e da sustentabilidade, do que aquelas que não estão envolvidas.

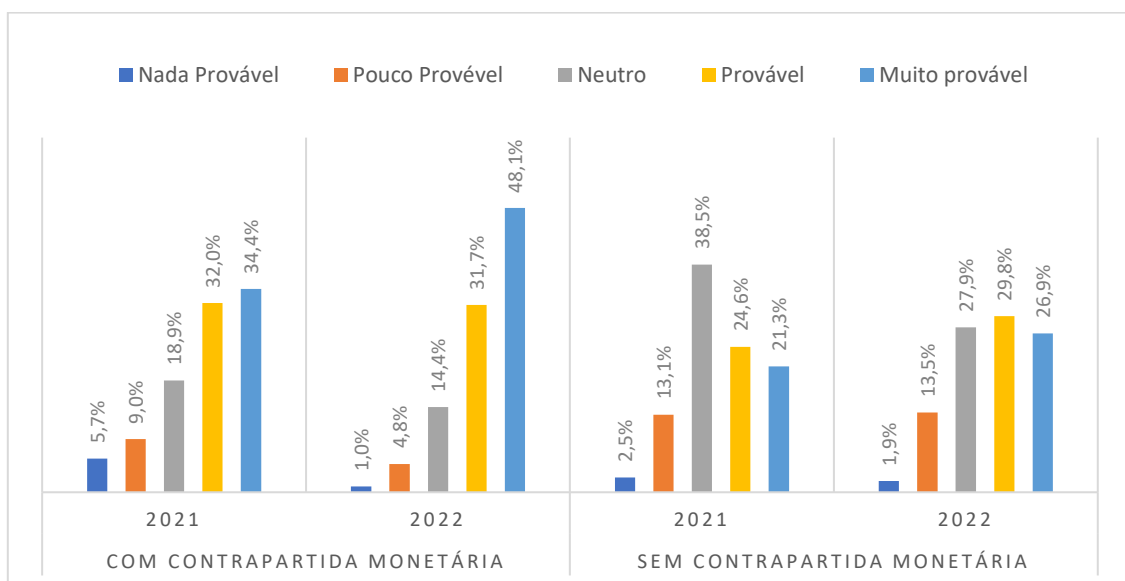
Gráfico 5.10 – Participação em fóruns ou grupos de ambiente e sustentabilidade vs. Percepção do contributo da economia de partilha para as dimensões de sustentabilidade.



## 5.4. Disponibilidade para partilhar

No que toca à probabilidade de partilharem bens e objetos com outras pessoas *com uma contrapartida monetária* ou *sem uma contrapartida monetária*, foi constatado um aumento de 13,7 pontos percentuais dos inquiridos que responderam ser “*muito provável*” partilharem seus bens *com contrapartida monetária* durante e após a pandemia (34,4% em 2021 contra 48,1% em 2022), e, um aumento de 5,6 pontos percentuais para os inquiridos que responderam ser “*muito provável*” partilharem seus bens, *sem contrapartida monetária* (21,3% em 2021 contra 26,9% em 2022). Inversamente, foi constatado uma diminuição de 4,7 pontos percentuais para aqueles que responderem ser “*nada provável*” partilharem seus bens *com contrapartida monetária* (5,7% em 2021 contra 1% em 2022), e, uma redução de 0,6 pontos percentuais para os inquiridos que responderam ser “*nada provável*” partilharem seus bens *sem contrapartida monetária* (2,5% em 2021 contra 1,9% em 2022). Conforme o Gráfico 5.11, percebeu-se um crescimento na disponibilidade de os participantes disponibilizarem os seus bens em um contexto de economia de partilha, seja com ou sem contrapartida monetária, entre os anos de 2021 e 2022. Estes resultados são confirmados pela análise ANOVA, que revela uma maior probabilidade, após a pandemia, de partilhar objetos com contrapartida monetária ( $F=8,168$ ,  $p<0,01$ ), indo ao encontro do esperado de que havia mais resistência para emprestar e ter contato com outras pessoas no ano pandémico (Dabija et al., 2022; Davlembayeva & Papagiannidis, 2021; Hossain, 2021).

Gráfico 5.11 – Probabilidade de emprestar bens, com ou sem contrapartida monetária.



Adicionalmente, os resultados demonstraram uma redução significativa de 7,9 pontos percentuais de participantes *que não estão dispostos a emprestar seus bens* (9,8% em 2021 contra 1,9% em 2022) em ambas as situações (*seja com ou sem contrapartida monetária envolvida*), demonstrando que em 2022 os participantes estavam mais dispostos a participar de atividades de economia de partilha e de partilhar seus bens (as diferenças são estatisticamente significativas de acordo com os teste de Mann-Whitney apresentados na Tabela 5.3), corroborando os resultados da pergunta anterior e da literatura.

*Tabela 5.3 – Resultados do teste de Mann-Whitney à existência de diferenças entre indisponibilidade para partilhar em 2021 e 2022.*

	Pandemia	N	Mean Rank
Não está disposto a emprestar nenhum dos bens - com contrapartida monetária	Não	104	108,67
	Sim	122	117,61
Mann-Whitney U = 5842,0			
p<0,05	Total	226	
Não está disposto a emprestar nenhum dos bens - sem contrapartida monetária	Não	104	108,67
	Sim	122	117,61
Mann-Whitney U = 5842,0			
p<0,05	Total	226	

Quando comparada a *indisponibilidade em emprestar com contrapartida monetária* para diferentes *níveis de escolaridade dos participantes* (ver Gráfico 5.12), os resultados revelam uma diminuição, estatisticamente significativa, na indisponibilidade com o aumento do nível de escolaridade no período da pandemia (Tabela 5.4): quanto maior o nível de escolaridade, maior a disponibilidade em partilhar seus bens, o que corrobora os dados encontrados na literatura referente às pesquisas realizadas com participantes da União Europeia (Andreotti et al., 2017; Ranzini et al., 2017). De notar que no ano pós pandemia a diferença existente não é estatisticamente significativa.

Gráfico 5.12 – Indisponibilidade em emprestar bens, com ou sem contrapartida monetária vs. Nível de escolaridade.

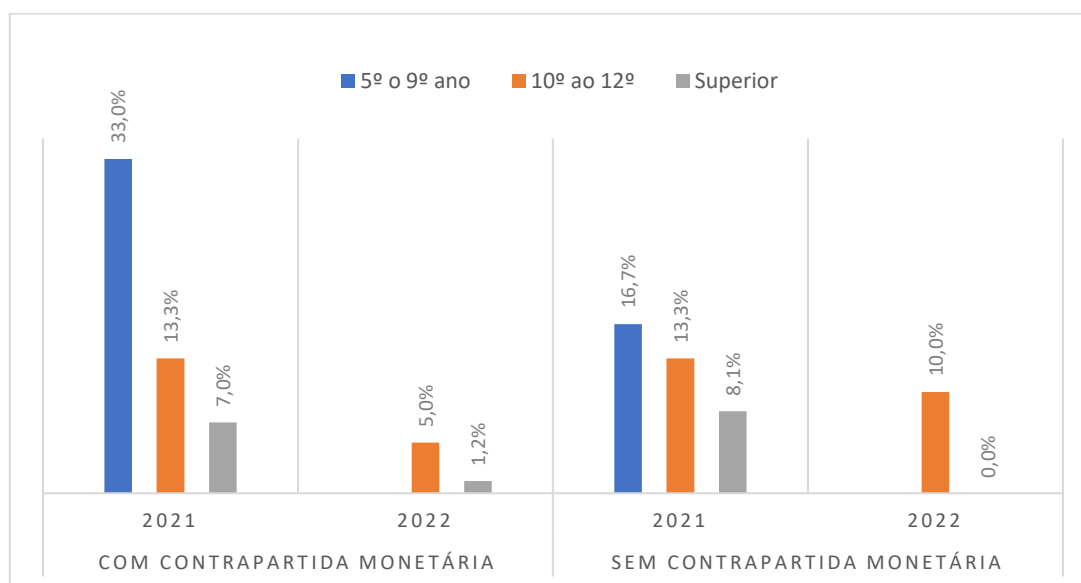


Tabela 5.4 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis à existência de diferenças entre níveis de escolaridade na indisponibilidade para partilhar com contrapartida monetária em 2021.

	Escolaridade	N	Mean Rank
Kruskal-Wallis H = 4,901 p<0,1	5º ao 9º ano	6	75,83
	10º ao 12º	30	63,63
	Ensino Superior	86	59,76
	Total	122	

Por sua vez, quando comparada a *indisponibilidade em emprestar* nas várias faixas etárias dos participantes, a análise das frequências relativas (Gráfico 5.13) revela que os jovens com idades entre 18-24 anos estão menos dispostos a emprestar seus bens do que os adultos com idades entre os 25 e 44 anos. No caso da indisponibilidade para partilhar com contrapartida monetária no ano após a pandemia, as diferenças por escalão etário são estatisticamente significativas (Tabela 5.5), estando em linha com a literatura que sugere que para os consumidores da geração Y (27-42) muitas vezes o ato de consumo está conectado à identidade social e ao sentimento de seguir tendências. Assim, sendo o consumo colaborativo uma tendência emergente, o mesmo vem influenciando o comportamento dos *millenials* em larga escala (Botsman & Rogers, 2011; Möhlmann, 2015; Ranzini et al., 2017).

Gráfico 5.13 – Indisponibilidade para emprestar bens, com ou sem contrapartida monetária vs. Faixa etária.

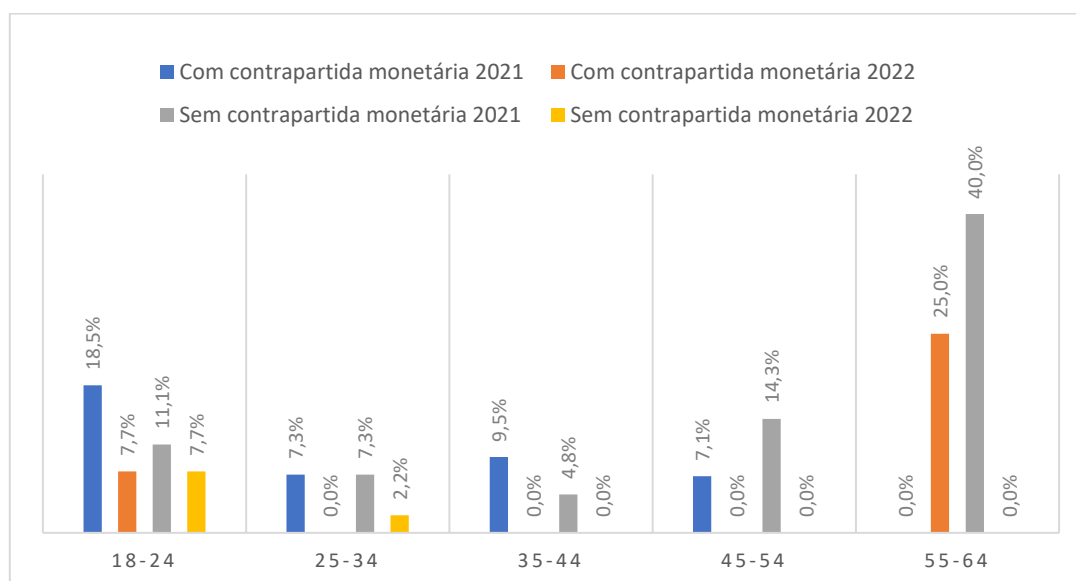


Tabela 5.5 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis à existência de diferenças entre faixas etárias na indisponibilidade para partilhar com contrapartida monetária em 2022.

	Idade por escalão	N	Mean Rank
Kruskal-Wallis H = 15,147 p<0,01	18-24	13	55,50
	25-34	46	51,50
	35-44	32	51,50
	45-54	9	51,50
	55-64	4	64,50
	Total	104	

No que toca aos tipos de bens que estariam dispostos a emprestar mediante contrapartida monetária, e considerando o total de ambas as amostras, os bens que os inquiridos demonstraram estar mais dispostos a emprestar foram os *livros*, com 78,76%, seguidos de *ferramentas*, com 63,27% e depois *ferramentas elétricas* e *bicicletas e trotinetes*, com 55,75% cada (Gráfico 5.14). Os objetos que os inquiridos demonstraram estar menos dispostos a emprestar com contrapartida monetária foram os *objetos de uso pessoal*, com 8,85%, seguidos de *aparelhos eletrónicos* com 38,94%. Quando analisadas as respostas com relação a cada ano isolado, existem variações estatisticamente significativas na maioria dos objetos, sendo a

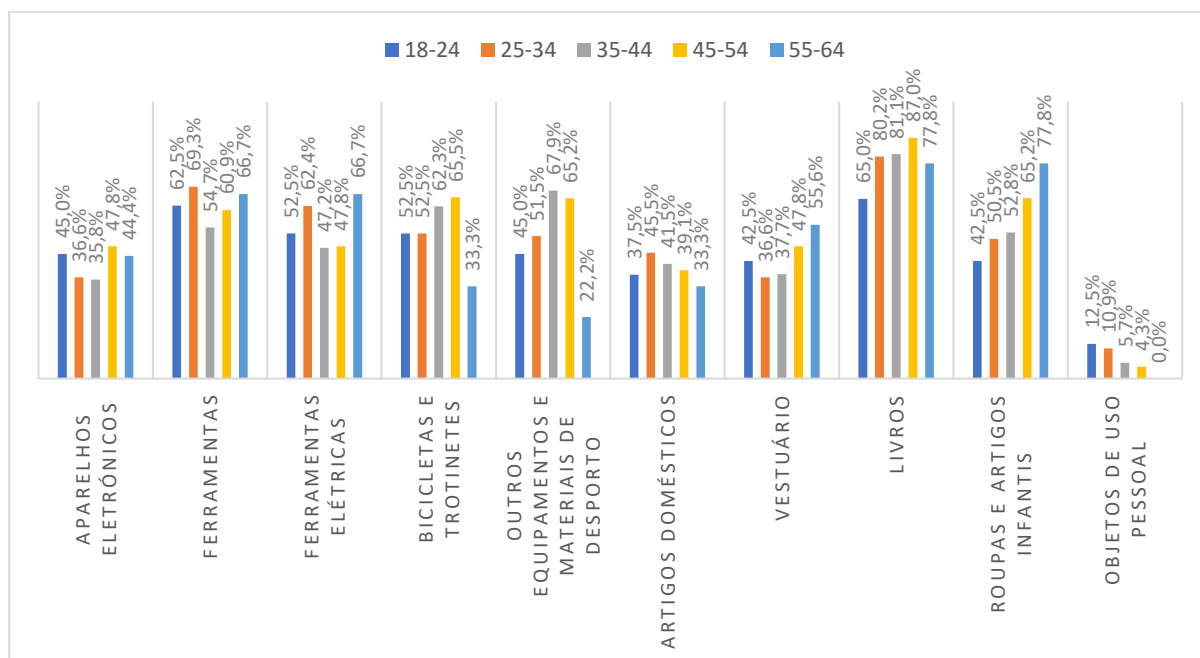
disponibilidade para partilhar maior no ano após a pandemia: ferramentas, ferramentas elétricas, bicicletas e trotinetas, outros equipamentos e materiais de desporto, artigos domésticos, vestuário, roupas e artigos infantis e objetos de uso pessoal. Ou seja, apenas nos aparelhos eletrónicos e nos livros não se verificaram alterações significativas entre os dois períodos.

Gráfico 5.14 – Tipos de bens que os inquiridos estão dispostos a emprestar mediante contrapartida monetária.



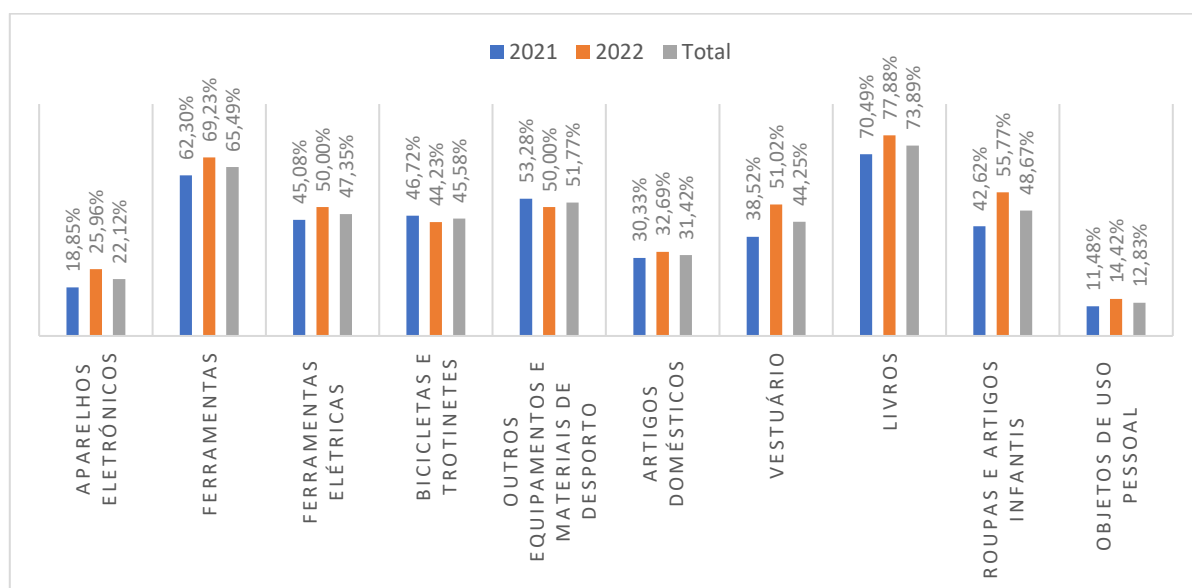
Quando analisados os tipos de bens que os participantes estão dispostos a *emprestar mediante contrapartida monetária* em relação à *faixa etária* (Gráfico 5.15), percebeu-se que, da amostra total, nenhum dos inquiridos com faixa etária entre 55-64 anos estaria disposto a emprestar seus *objetos de uso pessoal*.

Gráfico 5.15 – Tipos de bens que os inquiridos estão dispostos a emprestar mediante contrapartida monetária vs. Idade.



Considerando a amostra total, os bens que os inquiridos demonstraram estar mais dispostos a emprestar quando não existe contrapartida monetária (Gráfico 5.16) foram os *livros*, seguidos de *ferramentas*, e dos *outros equipamentos e materiais desportivos*. Apenas se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois momentos na disponibilidade para partilhar sem contrapartida em dois tipos de bens: *vestuário* e *roupas e artigos infantis*.

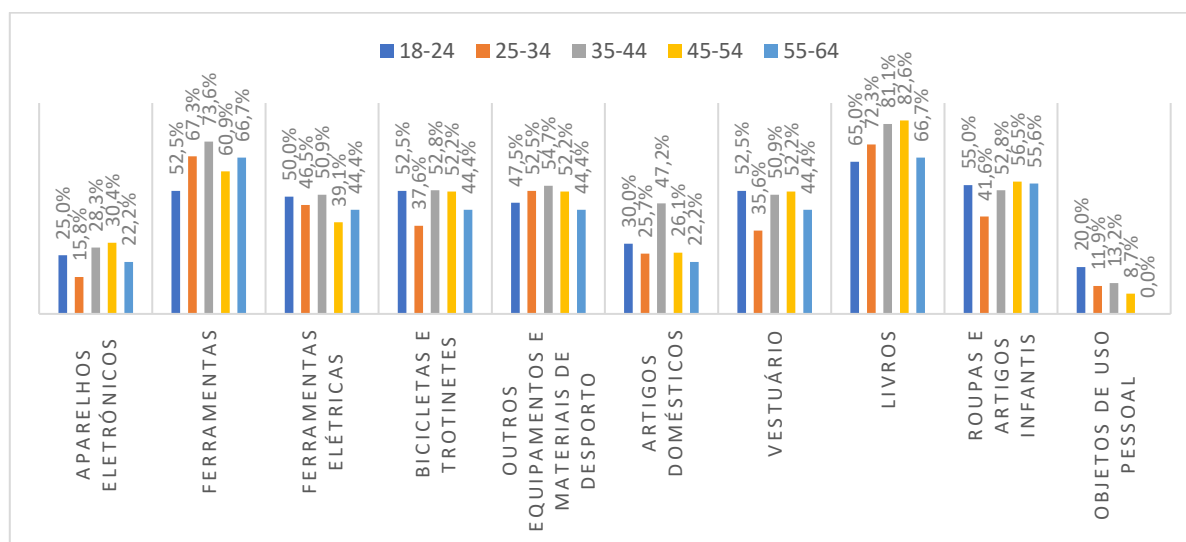
Gráfico 5.16 – Tipos de bens que os inquiridos estão dispostos a emprestar sem contrapartida monetária.





Quando analisados os tipos de bens que os participantes estão dispostos a *emprestar sem contrapartida monetária* em relação à *faixa etária* (Gráfico 5.17), percebeu-se que, de forma idêntica à pergunta anterior, da amostra total, nenhum dos inquiridos com faixa etária entre 55-64 anos estaria disposto a emprestar seus *objetos de uso pessoal*.

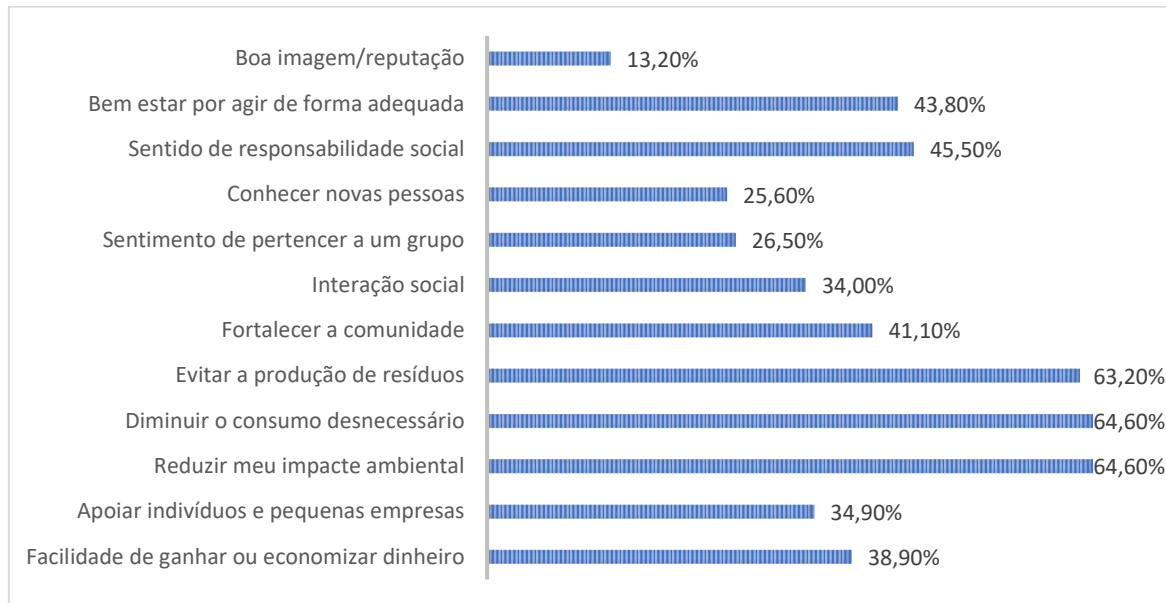
Gráfico 5.17 – Tipos de bens que os inquiridos estão dispostos a emprestar sem contrapartida monetária vs. Faixa etária.



## 5.5. Fatores motivadores e barreiras à participação

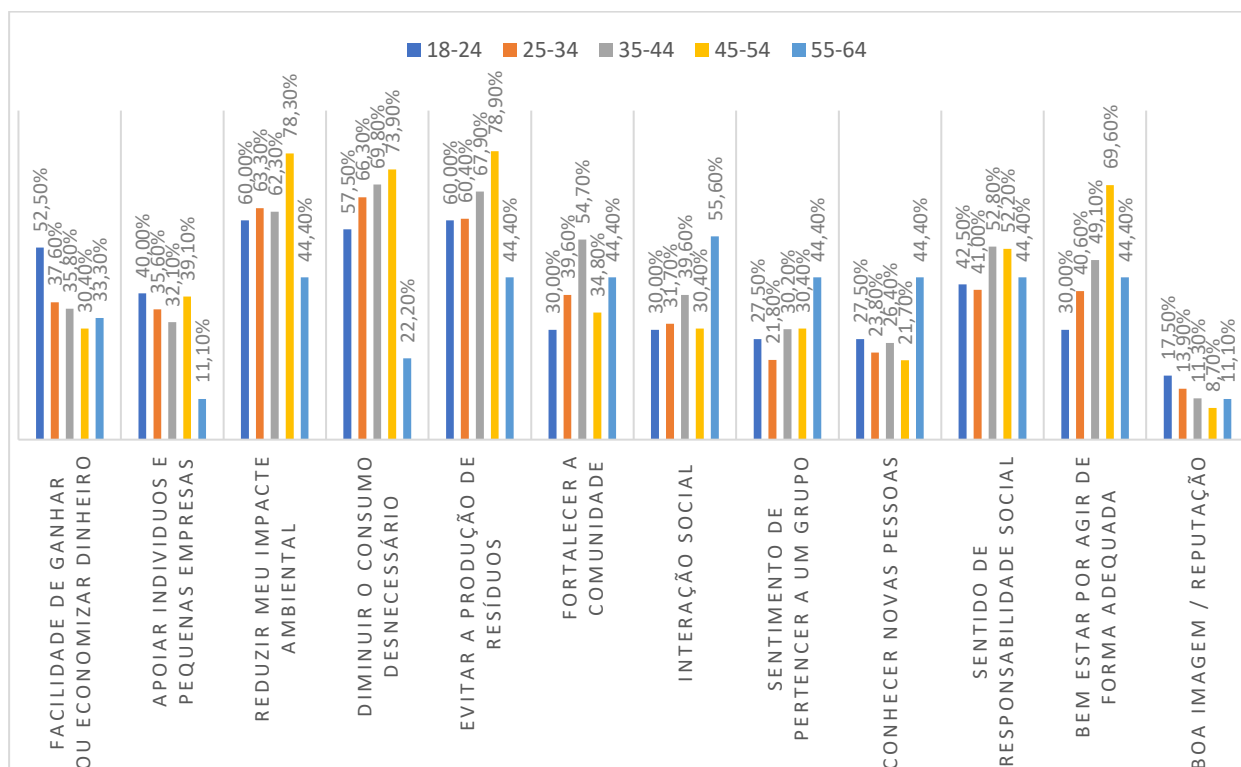
Quanto às motivações dos inquiridos para a participação em atividades de economia de partilha, considerando o total da amostra, foi constatado que *reduzir o impacto ambiental* e *diminuir o consumo desnecessário* foram considerados os fatores mais importantes para a tomada de decisão, com um total de 64,6% de respostas “*muito importante*”, seguidos de *evitar a produção de resíduos* e do *sentido de responsabilidade social*. Tais resultados são contrários aos encontrados na literatura, nas quais as motivações económicas são os fatores mais citados como importantes para a adesão a essas atividades (Hamari et al., 2016; Tussyadiah, 2016). No final da lista de importância, apenas 13,2% dos inquiridos responderam que a *boa imagem/reputação* é um fator “*muito importante*” para participar na economia de partilha. Quando comparados os anos de 2021 e 2022, não houve diferenças estatisticamente significativas entre as motivações mais ou menos importantes para a maioria das motivações usadas na tomada de decisão em participar das atividades de economia de partilha. Apenas em duas motivações as diferenças são estatisticamente significativas – *facilidade de ganhar ou economizar dinheiro* e *reduzir o meu impacto ambiental*. Em ambos os casos, a sua relevância é maior no pós-pandemia.

Gráfico 5.18 – Percentagem dos inquiridos que respondeu que o fator é “muito importante” para a sua participação em atividades de economia de partilha.



Quando analisados os fatores “muito importantes” em relação a faixa etária dos participantes (Gráfico 5.19), as frequências relativas sugerem diferenças na preocupação de *diminuir o consumo desnecessário* entre os inquiridos com idades entre 18-24 anos (57,50%) e os inquiridos com idades entre 55-64 (22,20%), diferenças que são estatisticamente significativas. Constatou-se ainda que a *interação social* aparece como “muito importante” para 55,60% deste segundo grupo, contra 30% do primeiro, demonstrando um maior interesse dos participantes com idades entre 55-64 anos em ter *interação social*. Por sua vez, o grupo que demonstrou estar mais preocupado em “*reduzir o impacto ambiental, diminuir o consumo desnecessário e evitar a produção de resíduos*”, foi o dos participantes com idades entre os 45-54 anos, seguidos dos participantes com 35-44 anos. Mais uma vez este resultado surpreendeu, tendo em vista que conforme a literatura, os participantes que demonstram estar mais interessados em participar das atividades de economia de partilha são os considerados da geração Y (27-42 anos) (Möhlmann, 2015; Ranzini et al., 2017).

Gráfico 5.19 – Fatores mais importantes para participação em atividades de economia de partilha vs. Faixa etária.



Os testes estatísticos mostram diferenças significativas nalgumas motivações por nível de escolaridade (Tabela 5.6). Os inquiridos com escolaridade superior apresentam valores mais elevados nas motivações associadas ao *apoio a indivíduos e pequenas empresas*, à *redução do impacto ambiental* e do *consumo desnecessário* e a *evitar a produção de resíduos*. Por outro lado, os inquiridos com educação secundária apresentam valores mais elevados para as motivações relacionada com a *pertença a um grupo* e com a *imagem/reputação*.

Tabela 5.6 – Resultados do teste de Kruskal-Wallis à existência de diferenças entre níveis de escolaridade nas motivações para participar na economia de partilha.

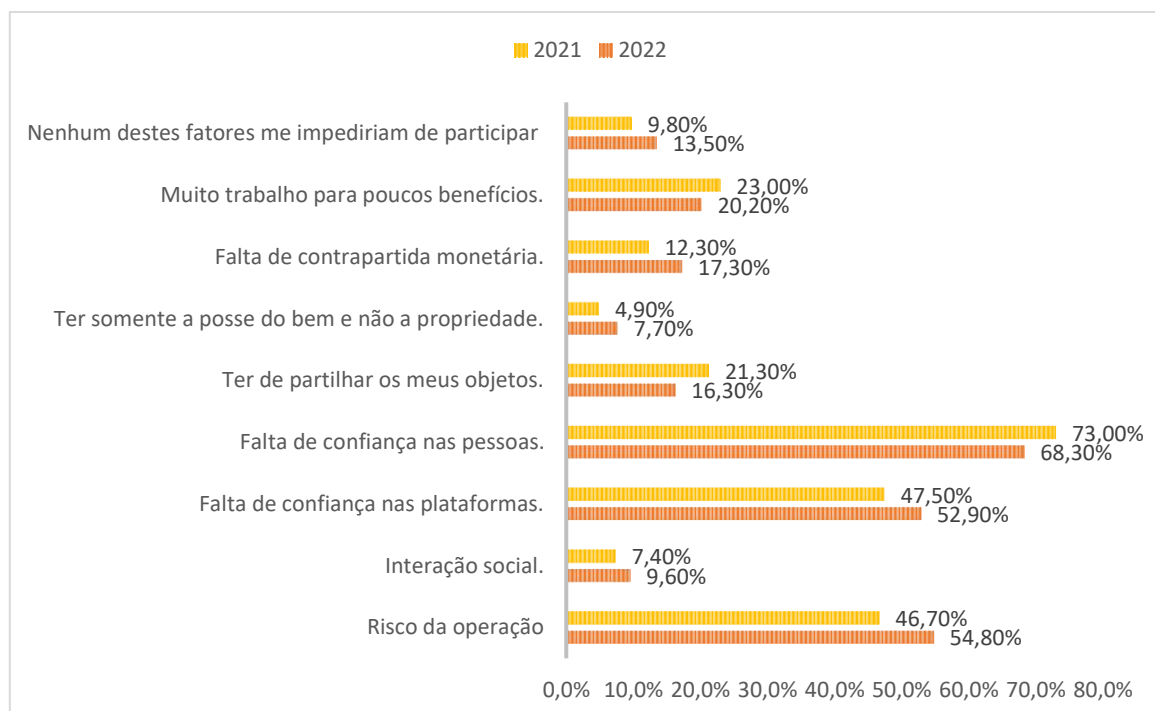
	Escolaridade	N	Mean Rank
Apoiar indivíduos e pequenas empresas	5º ao 9º ano	6	63,67
	10º ao 12º	50	112,32
	Ensino Superior	170	115,61
	Total	226	
Kruskal-Wallis H = 4,743			
p<0,1			
	5º ao 9º ano	6	68,00

Reduzir meu impacto ambiental	10° ao 12°	50	104,80
Kruskal-Wallis H = 6,395 p<0,05	Ensino Superior	170	117,66
	Total	226	
Diminuir o consumo desnecessário	5° ao 9° ano	6	67,58
	10° ao 12°	50	106,81
Kruskal-Wallis H = 5,711 p<0,1	Ensino Superior	170	117,09
	Total	226	
Evitar a produção de resíduos	5° ao 9° ano	6	67,75
	10° ao 12°	50	106,67
Kruskal-Wallis H = 5,640 p<0,1	Ensino Superior	170	117,12
	Total	226	
Sentimento de pertencer a um grupo	5° ao 9° ano	6	60,83
	10° ao 12°	50	118,93
Kruskal-Wallis H = 4,700 p<0,1	Ensino Superior	170	113,76
	Total	226	
Boa imagem/reputação	5° ao 9° ano	6	75,08
	10° ao 12°	50	126,54
Kruskal-Wallis H = 4,629 p<0,1	Ensino Superior	170	111,02
	Total	226	

Já no que toca às barreiras (Gráfico 5.20), quando comparados os anos de pandemia e de não pandemia, foi constatado um pequeno aumento de respostas (3,7 pontos percentuais) afirmando que “*nenhum dos fatores os impediriam de participar*”. No entanto, surpreendeu que a “*interação social*” tenha sido um fator mais citado para o ano de 2022 - *não pandemia*, com 2,2% mais participantes que acreditam ser uma barreira para a participação, quando o esperado era que as pessoas tivessem mais medo da interação em ano de pandemia, devido às determinações de isolamento e utilização de máscara e o medo generalizado de contaminação (Dabija et al., 2022). Porém, a barreira “*ter de partilhar meus objetos*” diminuiu de 21,3% em 2021, para 16,3% em 2022, o que indica uma pequena diminuição no desconforto de partilhar seus próprios bens com desconhecidos, mas não é possível garantir que esta diminuição tenha relação com a situação pandémica ou não, podendo ter relação com diversos outros fatores, tais como uma maior consciencialização sobre o consumo sustentável.

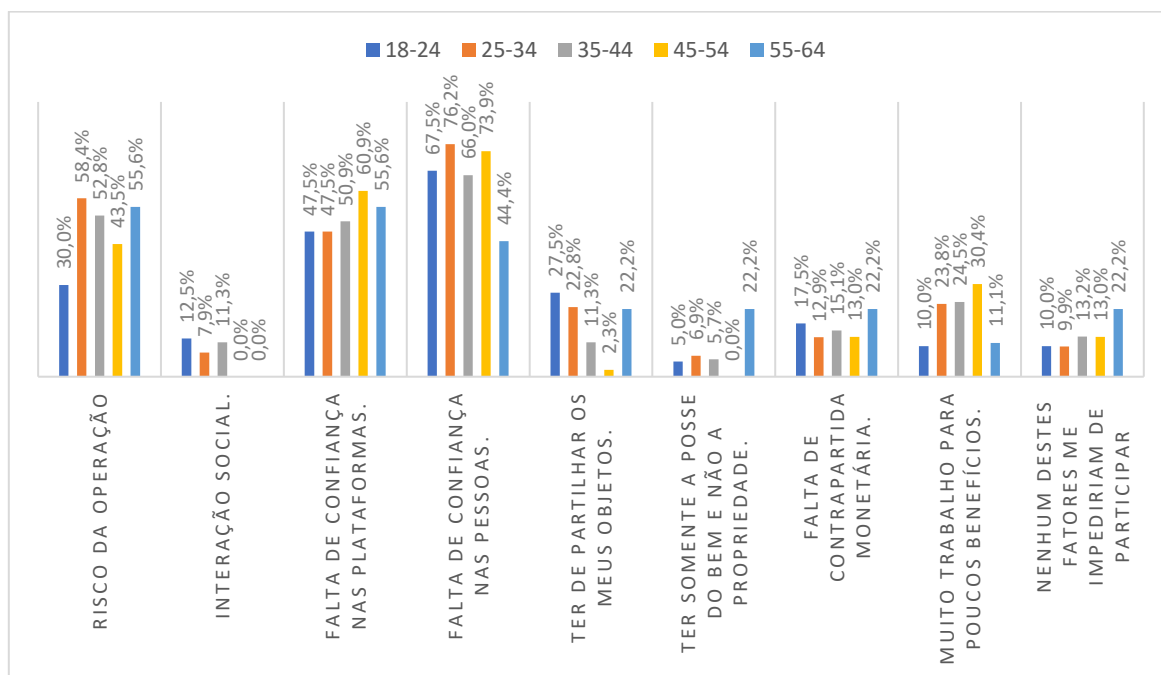
Por sua vez, em ambos os anos, a “*falta de confiança nas pessoas*” foi a barreira mais citada, sendo que em 2021 representou 73% dos inquiridos e em 2022 representou 68,3%, apresentando uma leve diminuição. De outra parte, a “*falta de confiança nas plataformas*” apresentou um leve aumento de 47,5% no ano de 2021 para 52,9% no ano de 2022. Resultados que concordam com a literatura, no sentido de que o grande desafio para o aumento do interesse na participação em atividades de economia de partilha reside na falta de confiança que as pessoas sentem em relação umas às outras (Botsman & Rogers, 2011; Hamari et al., 2016). Ou seja, confiar é um pré-requisito indispensável para a tomada de decisão entre participar ou não em atividades de economia de partilha (Hawlitschek et al., 2018), sendo essencial para a satisfação de quem participa destas iniciativas (Möhlmann, 2015).

Gráfico 5.20 – Fatores impeditivos para a participação em atividades de economia de partilha.



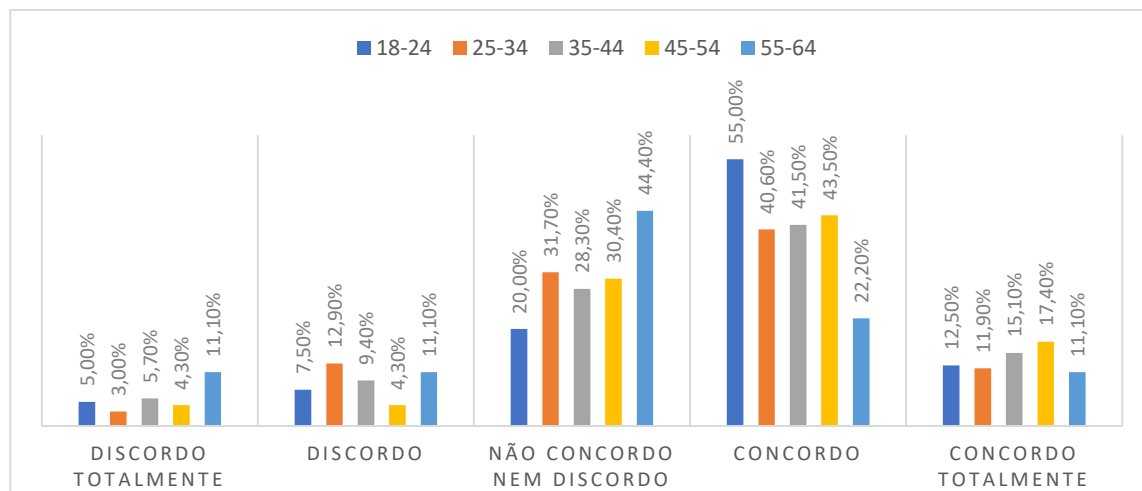
Ainda no que toca às barreiras à participação em atividades de economia de partilha, quando analisadas em relação à faixa etária, percebeu-se que para os inquiridos com idades entre 55-64 anos há uma menor preocupação com a “*confiança nas pessoas*” do que os inquiridos das demais faixas etárias (Gráfico 5.21). Um fator em que as diferenças etárias são estatisticamente significativas é o risco da operação, pouco relevante para os jovens dos 18 aos 24 anos (Kruskall-Wallis  $H = 9,873$ ,  $p < 0,05$ ).

Gráfico 5.21 – Fatores impeditivos para a participação em atividades de economia de partilha vs. Faixa etária.



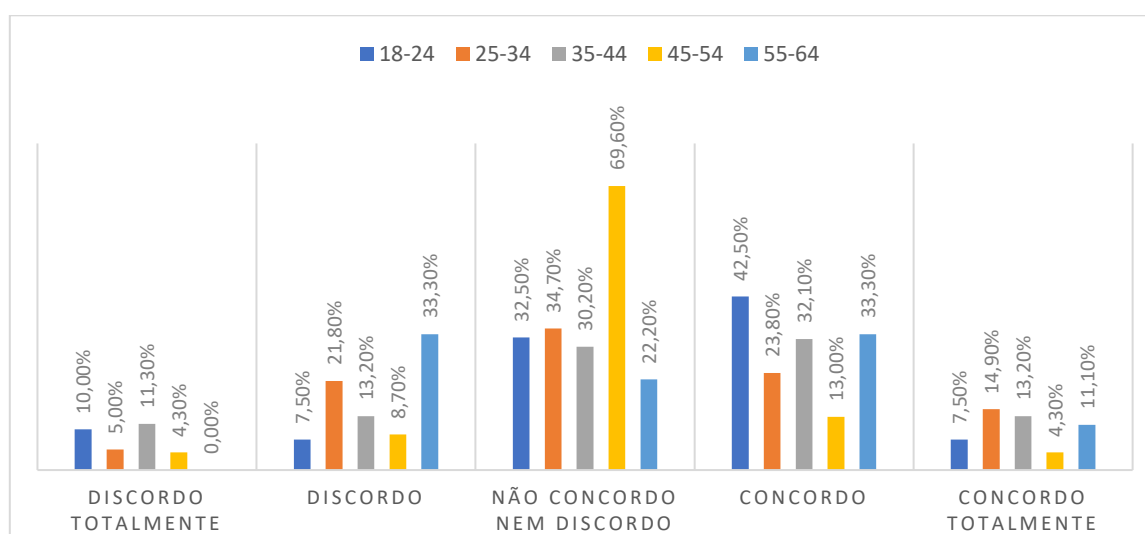
Outro resultado interessante reside no quanto os participantes concordam que estariam confortáveis em partilhar seus bens e objetos. A parcela de inquiridos que respondeu “concordo totalmente” com a afirmação “*Sinto-me confortável em partilhar meus bens e objetos*” não atingiu 20% em nenhuma das faixas etárias (Gráfico 5.22). Por sua vez, 55% dos inquiridos com idade entre os 18-24 anos assinalaram a opção “concordo”, o que demonstra uma maior abertura dos jovens em emprestar seus bens, no mesmo sentido dos resultados encontrados na pesquisa de Andreotti e colegas (Andreotti et al., 2017).

Gráfico 5.22 – Nível de conforto dos inquiridos para partilhar seus bens e objetos.



Quanto à afirmação “*Prefiro pedir emprestado ou alugar bens e objetos em vez de ter de comprar algo novo*”, a parcela de inquiridos que optou por responder “concordo totalmente” foi ainda menor, não atingindo sequer 15% em nenhuma das faixas etárias. No entanto, os resultados indicam que há uma boa parcela de inquiridos com faixa-etária entre os 45-54 anos que não concorda nem discorda com esta afirmação (69,90%), o que pode abrir uma possibilidade de cada vez mais atingir esta faixa etária com a demonstração das vantagens de ter acesso ao invés de possuir.

Gráfico 5.23 – Nível de conforto dos inquiridos para pedir emprestado ou alugar bens e objetos em vez de ter de comprar algo novo.



Ao analisar os resultados relativos aos fatores motivadores de participação nas atividades de partilha, foi possível perceber que os fatores intrínsecos dentro da dimensão da sustentabilidade ambiental, quais sejam: *reduzir o impacto ambiental, diminuir o consumo desnecessário e evitar a produção de resíduos desnecessários*, foram os fatores mais considerados como “muito importante” pelos inquiridos. Tais resultados confrontam a literatura estudada, onde a dimensão económica tem sido base para as principais motivações (Andreotti et al., 2017; Gullstrand Edbring et al., 2016; Hamari et al., 2016).

Além disto, os fatores *sentimento de pertencer a um grupo e boa imagem/reputação* revelaram-se mais importantes para inquiridos com o nível de escolaridade até o secundário, ao passo que os fatores *apoiar indivíduos e pequenas empresas, reduzir o impacto ambiental e diminuir o consumo desnecessário* demonstraram-se mais importantes para os inquiridos com ensino superior, sugerindo que a educação desempenha um papel significativo na perceção de importância para cada grupo. Aqueles com ensino secundário parecem valorizar mais os

benefícios pessoais e de imagem derivados de motivações extrínsecas, e os inquiridos com ensino superior parecem estar mais focados em contribuir para os benefícios sociais e ambientais, dentro de uma motivação intrínseca.

*Tabela 5.7 - Fatores vs. SDT vs. Dimensões da Sustentabilidade vs. Importância vs. Resultados.*

Temática	SDT	ESG	Ordem de importância	Idade	Escolaridade
<b>Reduzir o impacto ambiental</b>	Intrínseca	Ambiental	Muito importante	Mais importante para 45-54 anos	Mais importante para Ensino Superior
<b>Diminuir o consumo desnecessário</b>	Intrínseca	Ambiental	Muito importante	Mais importante para 45-54 anos. Menos importante para 55-64 anos.	Mais importante para Ensino Superior
<b>Evitar a produção de resíduos</b>	Intrínseca	Ambiental	Muito importante	Mais importante para 45-54 anos. Menos importante para 55-64 anos.	Mais importante para Ensino Superior
<b>Sentido de responsabilidade social</b>	Intrínseca	Social	Importante	-	-
<b>Bem-estar por agir de forma adequada</b>	Intrínseca	Social	Importante	Mais importante para 45-54 anos. Menos importante para 18-24 anos.	-
<b>Fortalecer a comunidade</b>	Intrínseca e Extrínseca	Social	Importante	Mais importante 35 - 44 anos	-
<b>Facilidade de ganhar ou economizar dinheiro</b>	Extrínseca	Económica	Importante	Mais importante para 18-24 anos.	-
<b>Apoiar indivíduos e pequenas empresas</b>	Intrínseca e Extrínseca	Social e Económica	Importante	-	Mais importante para Ensino Superior



<b>Interação social</b>	Intrínseca e Extrínseca	Social	Importante	Mais importante para 55-64 anos. Menos importante para 18-24 anos.	-
<b>Sentimento de pertencer a um grupo</b>	Intrínseca	Social	Pouco importante	-	Mais importante para Ensino Secundário
<b>Conhecer novas pessoas</b>	Intrínseca	Social	Pouco importante	-	-
<b>Boa imagem/ Reputação</b>	Extrínseca	Social e Económica	Pouco importante	Mais importante para 55-64 anos.	Mais importante para Ensino Secundário



## CAPÍTULO 6

### Conclusão

A presente dissertação visa contribuir para aumentar o conhecimento sobre a temática do consumo colaborativo, especialmente no que toca à participação da população portuguesa em atividades de economia de partilha. Focou-se em adultos que vivem em Portugal e procurou perceber até que ponto a população: i) estava ciente de que plataformas de economia de partilha, tais como para partilha de bens ociosos, são iniciativas que contribuem para a sustentabilidade social, económica e ambiental; ii) estava disposta a adotar este tipo de partilhas nas suas rotinas, para contribuir com a redução do impacto ambiental.

Neste sentido, procurou-se avaliar se a sociedade portuguesa está aberta a adotar esse tipo de partilha para bens e objetos de uso pessoal, especialmente aqueles de longa durabilidade, como ferramentas, equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, com o intuito de transformar as suas vizinhanças em zonas de comunidades colaborativas e, por consequência mais sustentáveis.

A pesquisa empírica buscou captar o nível de disponibilidade dos inquiridos em partilhar seus bens, através de uma metodologia quantitativa. Os dados foram recolhidos através de questionário online e foi utilizada análise estatística univariada e bivariada, além de testes de comparação de amostras para detetar diferenças entre dois períodos de coleta (pandemia e pós-pandemia) e grupos de inquiridos.

A literatura estudada demonstrou que a economia de partilha tem um papel significativo a desempenhar na promoção da sustentabilidade, seja ela ambiental, social ou económica, bem como que há uma consciência crescente sobre a importância da alteração das formas de consumo e da participação em atividades de partilha para auxiliar na redução dos impactos ambientais, nomeadamente para uma passagem do modelo de consumo linear para o consumo colaborativo baseado no acesso e não na posse.

Os resultados obtidos demonstraram que a percepção de que a *economia de partilha contribui para as dimensões de sustentabilidade* é maior conforme o aumento do nível de escolaridade, principalmente no que toca à *sustentabilidade social e ambiental*. Estes resultados são semelhantes aos encontrados na literatura, que demonstram que quanto maior o acesso à escolaridade, maior a percepção de que há contribuição para a sustentabilidade em alterar as formas de consumo para atividades mais colaborativas, tais como as de economia de partilha (Andreotti et al., 2017; Boar et al., 2020).

Além disto, foi constatado que os participantes possuem interesse em participar de atividades de economia de partilha baseados na vontade de serem mais sustentáveis, diminuam seu consumo desnecessário e evitar a produção de resíduos. Tais resultados foram contrários aos encontrados na literatura, que sugere que os fatores económicos são os mais importantes para motivar a participação da população nestas atividades (Andreotti et al., 2017; Gullstrand Edbring et al., 2016; Hamari et al., 2016).

Neste sentido, foi possível perceber que os fatores intrínsecos dentro da dimensão da sustentabilidade ambiental, como sejam: *reduzir o impacto ambiental*, *diminuir o consumo desnecessário* e *evitar a produção de resíduos desnecessários*, foram os fatores mais considerados como “muito importante” pelos inquiridos e podem estar relacionados com o aumento da consciencialização aos problemas ambientais que a sociedade vem enfrentando nos últimos tempos, em especial no período pandémico e pós pandémico, quando foi possível perceber a diminuição de alguns impactos ambientais decorrentes do *lockdown* que foram divulgados nos grandes média (Davlembayeva & Papagiannidis, 2021; Hossain, 2021).

Além disto, os fatores *sentimento de pertencer a um grupo* e *boa imagem/reputação* revelaram-se mais importantes para inquiridos com o nível de escolaridade até o secundário, ao passo que os fatores *apoiar indivíduos e pequenas empresas*, *reduzir o impacto ambiental* e *diminuir o consumo desnecessário* demonstraram-se mais importantes para os inquiridos com ensino superior, sugerindo que a educação desempenha um papel significativo na perceção de importância para cada grupo. Tal fato, mais uma vez demonstra a importância de cada vez mais serem aumentados os investimentos em educação para a sustentabilidade nos contextos escolares.

Por outro lado, verificou-se que a falta de confiança nas outras pessoas e nas plataformas online, assim como o encontrado na literatura (Andreotti et al., 2017; Dabija et al., 2022; Gullstrand Edbring et al., 2016; Spindeldreher et al., 2019), são as maiores barreiras para os inquiridos participarem em atividades de economia de partilha, revelando a necessidade de melhorar as estratégias que aumentem a confiança entre os utilizadores das plataformas, bem como criar soluções de inovação para melhor protegê-los.

Os resultados mostraram um aumento na disposição dos participantes em partilhar seus bens, seja com ou sem contrapartida monetária, entre os anos de 2021 e 2022. No entanto, a *interação social* foi citada como uma barreira maior para a participação em 2022, o que foi surpreendente, pois se esperava que as pessoas tivessem mais medo da interação durante a pandemia devido às determinações de isolamento e ao medo generalizado de contaminação. A falta de confiança nas pessoas e nas plataformas online continuou sendo a maior barreira para

a participação em atividades de economia de partilha, embora tenha havido uma ligeira diminuição na falta de confiança nas pessoas e um pequeno aumento na falta de confiança nas plataformas de 2021 para 2022. Assim, compreender como a pandemia afetou essas práticas também é fundamental para desenvolver estratégias resilientes e adaptáveis, por isto dar seguimento a pesquisas para perceber estas questões demonstra-se relevante.

A principal limitação deste estudo decorre da seleção e dimensão da amostra. O método de seleção da amostra foi não probabilístico, com o total de 226 participantes, pelo que os resultados da pesquisa não são representativos da população. Tal ponto precisa ser levado em consideração em futuras pesquisas, para ampliar o campo de atuação. Também é importante considerar que os participantes responderam ao inquérito online, através de computador ou telemóvel, o que significa que os indivíduos excluídos digitalmente não tiveram a oportunidade de participar e as suas respostas podem não estar representadas nos resultados.

Para as futuras investigações, sugere-se que sejam estudadas de que forma a Teoria da Autodeterminação (SDT) pode ser aplicada para aumentar a participação da população na economia de partilha, uma vez que, com o conhecimento de quais os fatores são importantes será mais eficaz encontrar formas de comunicar com a sociedade para a alteração nas maneiras de consumo. Além disto, entender de que forma a economia de partilha pode contribuir para a sustentabilidade em diferentes contextos ou setores, pode inspirar a criação de novas tecnologias e plataformas de partilha. De outra parte, também pode ser relevante descobrir até que ponto a participação em atividades de economia de partilha pode alterar o comportamento de consumo dos indivíduos a longo prazo, para perceber se investir neste tipo de atividade é benéfica ao longo do tempo ou não. E por fim, também será relevante perceber de que forma a confiança nas plataformas pode ser aumentada para encorajar a participação da população, uma vez que esta foi a grande barreira encontrada para que os indivíduos façam parte deste tipo de atividades.



## Referências Bibliográficas

- Andreotti, A., Hoffmann, C. P., Anselmi, G., Eichhorn, T., Jürss, S., & Micheli, M. (2017). *European Perspectives on Participation in the Sharing Economy*. [www.ps2share.eu](http://www.ps2share.eu)
- Bardhi, F., & Eckhardt, G. M. (2012). Access-Based Consumption: The Case of Car Sharing. *Journal of Consumer Research*, 39, 881–898. <https://doi.org/10.1086/66>
- Belk, R. (2014). You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. *Journal of Business Research*, 67(8), 1595–1600. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2013.10.001>
- Bellotti, V., Ambard, A., Turner, D., Gossmann, C., Demková, K., & Carroll, J. M. (2015). A muddle of models of motivation for using peer-to-peer economy systems. *Conference on Human Factors in Computing Systems - Proceedings, 2015-April*, 1085–1094. <https://doi.org/10.1145/2702123.2702272>
- Boar, A., Bastida, R., & Marimon, F. (2020). A systematic literature review. Relationships between the sharing economy, sustainability and sustainable development goals. In *Sustainability (Switzerland)* (Vol. 12, Issue 17). MDPI. <https://doi.org/10.3390/SU12176744>
- Boateng, H., Kosiba, J. P. B., & Okoe, A. F. (2019). Determinants of consumers' participation in the sharing economy: A social exchange perspective within an emerging economy context. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 31(2), 718–733. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-11-2017-0731>
- Böcker, L., & Meelen, T. (2017). Sharing for people, planet or profit? Analysing motivations for intended sharing economy participation. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 23, 28–39. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2016.09.004>
- Botsman, & Rogers. (2011). *What's Mine is Yours - How collaborative consumption is changing the way we live* (Collins, Ed.).
- Buheji, M. (2020). Sharing Economy and Communities Attitudes after COVID-19 Pandemic - Review of Possible Socio-Economic Opportunities. *American Journal of Economics*, 10(6), 395–406. <https://doi.org/10.5923/j.economics.20201006.09>
- Commission on Environment, W. (n.d.). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future Towards Sustainable Development 2. Part II. Common Challenges Population and Human Resources 4*.
- Cruz L. (2017). *Estudo exploratório da relação entre Economia Circular e Economia da Partilha: motivações dos clientes*. Católica Porto Business School.
- Dabija, D.-C., Csorba, L. M., Isac, F.-L., & Rusu, S. (2022). Building Trust toward Sharing Economy Platforms beyond the COVID-19 Pandemic. *Electronics*, 11(18), 2916. <https://doi.org/10.3390/electronics11182916>
- Davlembayeva, D., & Papagiannidis, S. (2021). *A Pandemic Perspective on the Sharing Economy Paradoxes*. <https://aisel.aisnet.org/ukais2021>

- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2000). The “what” and “why” of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, *11*(4), 227–268. [https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1104\\_01](https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1104_01)
- Ellen MacArthur Foundation. (2015). *Growth within: a circular economy vision for a competitive Europe*. Ellen MacArthur Foundation.
- Frenken, K., & Schor, J. (2017). Putting the sharing economy into perspective. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, *23*, 3–10. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2017.01.003>
- Grybaite, V., & Stankevičiene, J. (2016). Motives for participation in the sharing economy - Evidence from Lithuania. *Engineering Management in Production and Services*, *8*(4), 7–17. <https://doi.org/10.1515/emj-2016-0028>
- Gullstrand Edbring, E., Lehner, M., & Mont, O. (2016). Exploring consumer attitudes to alternative models of consumption: motivations and barriers. *Journal of Cleaner Production*, *123*, 5–15. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.10.107>
- Hamari, J., Sjöklint, M., & Ukkonen, A. (2016). The sharing economy: Why people participate in collaborative consumption. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, *67*(9), 2047–2059. <https://doi.org/10.1002/asi.23552>
- Hawlitsek, F., Teubner, T., & Gimpel, H. (2018). Consumer motives for peer-to-peer sharing. *Journal of Cleaner Production*, *204*, 144–157. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.08.326>
- Hossain, M. (2021). The effect of the Covid-19 on sharing economy activities. *Journal of Cleaner Production*, *280*, 124782. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124782>
- Hruška, L., Krajčák, V., & Formánek, I. (2018). The conceptual model of collaborative economy. *Scientific Papers of the University of Pardubice, Series D: Faculty of Economics and Administration*, *25*(42), 80–91.
- Kirchherr, J., Reike, D., & Hekkert, M. (2017). Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions. In *Resources, Conservation and Recycling* (Vol. 127, pp. 221–232). Elsevier B.V. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2017.09.005>
- Kristensen, H. S., & Mosgaard, M. A. (2020). A review of micro level indicators for a circular economy – moving away from the three dimensions of sustainability? In *Journal of Cleaner Production* (Vol. 243). Elsevier Ltd. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118531>
- Merli, R., Preziosi, M., & Acampora, A. (2018). How do scholars approach the circular economy? A systematic literature review. In *Journal of Cleaner Production* (Vol. 178, pp. 703–722). Elsevier Ltd. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.112>
- Mi, Z., & Coffman, D. M. (2019). The sharing economy promotes sustainable societies. *Nature Communications*, *10*(1), 5–7. <https://doi.org/10.1038/s41467-019-09260-4>
- Möhlmann, M. (2015). Collaborative consumption: Determinants of satisfaction and the likelihood of using a sharing economy option again. *Journal of Consumer Behaviour*, *14*(3), 193–207. <https://doi.org/10.1002/cb.1512>



- Muñoz, P., & Cohen, B. (2017). Mapping out the sharing economy: A configurational approach to sharing business modeling. *Technological Forecasting and Social Change*, 125, 21–37. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.03.035>
- Nwaorgu, B. (2018). What is Collaborative Consumption? Platforms and Participation of people in Collaborative Consumption – Impact of the New Technologies. *International Journal of Innovation, Management and Technology*, 240–245. <https://doi.org/10.18178/ijimt.2018.9.6.819>
- Ozanne, L. K., & Ballantine, P. W. (2010). Sharing as a form of anti-consumption? An examination of toy library users. *Journal of Consumer Behaviour*, 9(6), 485–498. <https://doi.org/10.1002/cb.334>
- P2P Foundation. (2012). *Synthetic Overview of the Collaborative Economy*.
- Pérez-Pérez, C., Benito-Osorio, D., García-Moreno, S. M., & Martínez-Fernández, A. (2021). Is Sharing a Better Alternative for the Planet? The Contribution of Sharing Economy to Sustainable Development Goals. *Sustainability*, 13(4), 1843. <https://doi.org/10.3390/su13041843>
- Prothero, A., Dobscha, S., Freund, J., Kilbourne, W. E., Luchs, M. G., Ozanne, L. K., & Thøgersen, J. (2011). Sustainable Consumption: Opportunities for Consumer Research and Public Policy. *Journal of Public Policy & Marketing*, 30(1), 1547–7207.
- Quivy, R., Campenhoudt, L., & Santos, R. (1992). *Manual de investigação em ciências Sociais*.
- Ranjbari, M., Morales-Alonso, G., & Carrasco-Gallego, R. (2018). Conceptualizing the Sharing Economy through Presenting a Comprehensive Framework. *Sustainability*, 10(7), 2336. <https://doi.org/10.3390/su10072336>
- Ranzini, G., Newlands, G., Anselmi, G., Andreotti, A., Eichhorn, T., Etter, M., Hoffmann, C. P., Jrss, S., & Lutz, C. (2017). Millennials and the Sharing Economy: European Perspectives. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3061704>
- Ratilla, M., & Chovancová, M. (2020). *ENGAGING CONSUMERS IN THE SHARING ECONOMY: A PROPOSED EMPIRICAL STUDY FROM THE PERSPECTIVE OF AN EMERGING COUNTRY*. 446–459. <https://doi.org/10.7441/dokbat.2020.38>
- Rodrigues, A. C. A. (2017). *Práticas de consumo colaborativo e de economia da partilha: o caso de um grupo de boleias entre Porto e Lisboa (Doctoral dissertation)*.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 68–78. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.68>
- Sales, R. K. L., Amaro, A. C., & Baldi, V. (2021). Building Trust in Digital Platforms for Sharing Collaborative Lifestyles in Sustainable Contexts. *Comunicacao e Sociedade*, 39, 223–247. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).2789](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).2789)
- Spindeldreher, K., Fröhlich, J., Schlagwein, D., & Ak, E. (2019). Why Won't You Share? Barriers to Participation in the Sharing Economy. *Twenty-Fifth Americas Conference on Information Systems*.

- Tussyadiah, I. P. (2016). Factors of satisfaction and intention to use peer-to-peer accommodation. *International Journal of Hospitality Management*, 55, 70–80. <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2016.03.005>
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*.
- Wu, X., & Zhi, Q. (2016). Impact of Shared Economy on Urban Sustainability: From the Perspective of Social, Economic, and Environmental Sustainability. *Energy Procedia*, 104, 191–196. <https://doi.org/10.1016/j.egypro.2016.12.033>

## Anexo



### Economia de Partilha em Portugal

O presente estudo surge no âmbito da tese de mestrado sobre Economia de Partilha/Colaborativa e as comunidades de empréstimo/partilha de bens, para o curso de Mestrado em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Este estudo pretende abordar a perceção da população sobre os benefícios da economia de partilha para o ambiente e os fatores que podem levar ao aumento da participação dos indivíduos em comunidades de partilha de bens e serviços.

O estudo é realizado por Mariana Maraschin ([mmnaa2@iscte-iul.pt](mailto:mmnaa2@iscte-iul.pt)) que você poderá contactar caso tenha qualquer questão ou deseje partilhar algum comentário.

A participação é restrita a residentes em Portugal.

A sua participação será muito valorizada e consiste em responder a um questionário sobre a colaboração e partilha de bens entre comunidades de vizinhos e poderá durar cerca de 5 minutos. Não existem riscos associados à participação neste estudo.

A participação neste estudo é estritamente voluntária: você pode escolher participar ou não participar, pode interromper a participação a qualquer momento sem ter de prestar justificação. Para além de voluntária, também é anónima e confidencial. Os dados destinam-se apenas ao tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

É solicitado que se tenha em consideração um contexto sem pandemia para a resposta do presente questionário.

Face a estas informações, se aceitar participar, por favor clique no botão prosseguir.

O preenchimento do questionário presume que aceita as condições do presente estudo, consentindo em participar.



[maraschin.mariana@gmail.com](mailto:maraschin.mariana@gmail.com) (não compartilhado)

[Alternar conta](#)



1. Você vive em Portugal? \*

Sim

Não

Lembre-se de que a participação neste estudo é restrita a residentes em Portugal. Se você vive no estrangeiro, assinale "não" para ser direcionado(a) para o fim da pesquisa. Obrigado.

3. Qual a sua idade? \*

18-24

25-34

35-44

45-54

55-64

+64

4. Qual seu género? \*

Feminino

Masculino

Prefiro não responder

5. Qual seu nível de escolaridade? \*

4º ano

5º ao 9º ano

10º ao 12º ano

Ensino Superior (Licenciatura, Mestrado, Doutoramento)

4. Qual seu gênero \*

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

5. Qual seu nível de escolaridade? \*

- 4º ano
- 5º ao 9º ano
- 10º ao 12º ano
- Ensino Superior (Licenciatura, Mestrado, Doutorado)

6. Participa em algum grupo ou fórum relacionado com meio ambiente ou sustentabilidade? \*

- Sim
- Não

A economia de partilha é uma nova forma de pensar a nossa relação com os bens e serviços. Em vez de despendere dinheiro na compra de algo novo, optamos por reutilizar, pedir emprestado ou alugar. Por outro lado, se tivermos bens que não usamos (ociosos) podemos disponibilizá-los a outros. A economia da partilha pode gerar um sentimento de comunidade, em que recursos partilhados podem unir sociedades, ajudando também a poupar dinheiro e o planeta.

7. Considerando a breve explicação apresentada, já tinha ouvido falar em economia de partilha? \*

- Sim
- Não

8. Considerando a breve explicação apresentada, considera que participa ou já participou em alguma atividade associada à economia de partilha? \*

- Sim
- Não
- Não sei responder

9. Você utiliza ou já utilizou alguma das seguintes plataformas? (pode assinalar quantas quiser)

- Uber/Bolt ou outra plataforma semelhante de transporte
- Gira ou outra plataforma de aluguer de bicicletas
- Airbnb ou outra plataforma semelhante de aluguer e estadias de casas
- OLX ou outra plataforma de compras em segunda mão
- Lojas de empréstimos de bens

As plataformas acima mencionadas são exemplos de economia de partilha, pois facilitam a utilização partilhada de um bem ou serviço em vez da compra e posse do mesmo. Há estudos que comprovam que este modelo de negócio contribui para a sustentabilidade, permitindo a utilização de todo o potencial do bem ocioso e o seu acesso por pessoas que não teriam capacidade de o comprar. Por outro lado, há estudos que não encontram relação entre a utilização deste modelo e benefícios à sustentabilidade, seja social, ambiental ou económica.

10. Atendendo às características da economia de partilha, considera que participar neste modelo de comunidade contribui para: (pode assinalar quantas quiser) \*

- Sustentabilidade social
- Sustentabilidade económica
- Sustentabilidade ambiental
- Nenhuma das opções anteriores

Para responder às próximas questões considere um cenário sem pandemia e na qual a transação é 100% segura do ponto de vista da saúde pública:

11. Numa escala de 0-4 (em que 0 é Nenhuma e 4 é Total), qual a probabilidade de você partilhar seus bens e objetos ociosos com alguém, com uma contrapartida monetária? \*

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4

12. Que tipo de bens e objetos ociosos você estaria disposto(a) a partilhar através de aluguer (recebendo uma contrapartida monetária)? (pode assinalar quantos quiser) \*

- Aparelhos eletrônicos (ex. máquina fotográfica, portátil, equipamento de som, etc.)
- Ferramentas (ex. chave de fendas, martelo, pincel, alicate, etc.)
- Ferramentas elétricas (ex. berbequim, máquina de corte, aparafusadora, etc.)
- Bicicletas e trotinetes
- Outros equipamentos e materiais de desporto (ex. bola, patins, skate, raquete, etc.)
- Artigos domésticos (ex. liquidificador, panela, acessório de limpeza, secador de cabelo, etc.)
- Vestuário
- Livros
- Roupas e artigos infantis (carrinho de bebê, berço, brinquedos, etc.)
- Objetos de uso pessoal (ex. relógios, maquilhagens, jóias. etc.)
- Não estou disposto(a) a emprestar ou pedir emprestado nenhum bem ou objeto, mesmo com contrapartida monetária.

13. Numa escala de 0-4 (em que 0 é Nenhuma e 4 é Total), qual a probabilidade \* de você partilhar seus bens e objetos ociosos com alguém, sem uma contrapartida monetária?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4

14. Que tipo de bens e objetos ociosos você estaria disposto(a) a emprestar sem \* uma contrapartida monetária? (pode assinalar quantos quiser)

- Aparelhos eletrônicos (ex. máquina fotográfica, portátil, equipamento de som, etc.)
- Ferramentas (ex. chave de fendas, martelo, pincel, alicate, etc.)
- Ferramentas elétricas (ex. berbequim, máquina de corte, aparafusadora, etc.)
- Bicicletas e trotinetes
- Outros equipamentos e materiais de desporto (ex. bola, patins, skate, raquete, etc.)
- Artigos domésticos (ex. liquidificador, panela, acessório de limpeza, secador de cabelo, etc.)
- Vestuário
- Livros
- Roupas e artigos infantis (carrinho de bebê, berço, brinquedos, etc.)
- Objetos de uso pessoal (ex. relógios, maquilhagens, jóias. etc.)
- Não estou disposto(a) a emprestar ou pedir emprestado nenhum bem ou objeto sem contrapartida monetária..



15. Considere as afirmações abaixo e assinale de acordo com seu entendimento: \*

	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Posso considerar partilhar meus bens e objetos com familiares e amigos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Posso considerar pedir emprestado bens e objetos de familiares e amigos, em vez de comprar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Posso considerar partilhar meus bens com pessoas da minha comunidade (vizinhos).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Posso considerar pedir emprestado bens e objetos de pessoas desconhecidas na minha localidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sinto-me confortável em partilhar meus bens e objetos.

Prefiro pedir emprestado ou alugar bens e objetos, em vez de ter de comprar algo novo.

Partilhar bens e objetos em vez de comprar, é eficiente para diminuir os impactes ambientais.

A produção e consumo desenfreados contribuem para o aumento dos problemas ambientais.

Partilhar bens e objetos contribui para diminuir a produção de resíduos desnecessários.

Portugal tem capacidade de transformar seus concelhos em comunidades sustentáveis com base na partilha de bens e objetos.

16. Que importância teriam os seguintes fatores para a sua participação em comunidades de partilha de bens? \*

	Nada importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Facilidade de ganhar ou economizar dinheiro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoiar indivíduos e pequenas empresas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reduzir meu impacto ambiental.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diminuir o consumo desnecessário.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Evitar a produção de resíduos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fortalecer a comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Interação social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sentimento de pertencer a um grupo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecer novas pessoas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Sentido de responsabilidade social.

Bem estar por agir de forma adequada.

Boa imagem/reputação.

17. Assinale abaixo quais os fatores que podem impedir a sua participação numa \* comunidade de empréstimo/partilha de bens e objetos entre vizinhos: (pode assinalar quantas quiser)

- Risco da operação.
- Interação social.
- Falta de confiança nas plataformas.
- Falta de confiança nas pessoas.
- Ter de partilhar os meus objetos.
- Ter somente a posse do bem e não a propriedade.
- Falta de contrapartida monetária.
- Muito trabalho para poucos benefícios.
- Nenhum destes fatores me impediriam de participar em comunidades de empréstimo/partilha de bens.

[Voltar](#)

[Enviar](#)

Página 6 de 6

[Limpar formulário](#)